

Julho 2007

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

**Redação** Waldney Oliveira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 TAAG descarta interdição de voos no mercado europeu.....	1
1.2 Estudo revela incapacidade de transformar actual crescimento em bem estar.....	1
1.3 MINCO debate o papel do comercio na redução da pobreza.....	2
1.4 Ministro das relações Exteriores considera encerrado "caso TAAG".....	3
1.5 Produtos estão mais baratos com êxito da companhia agrícola 2006/07.....	3
1.6 Em Angola falta participação.....	3
1.7 Angola continua a liderar por baixo mantendo em alta a corrupção.....	4
1.8 Vice-ministra da agricultura apresenta programa de desenvolvimento rural.....	5
1.9 Redução da pobreza passa pelo poder económico das mulheres.....	5
1.10 Revisão do orçamento favorece sectores social e económico.....	6
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>7</b>
2.1 Autoridades administrativas no Lobito organizam mercados paralelos.....	7
2.2 Vendedores de mercados em Benguela serão transferidos.....	7
2.3 BDA aposta no crédito.....	7
2.4 BFA e CLUSA aliam-se na implantação do Proagro Angola.....	8
2.5 Três mil agricultores beneficiarão de MicroCrédito.....	8
2.6 "Crédito jovem" ja no k. Sul.....	9
2.7 Banco de Fomento une-se ao esforço para aumentar o acesso ao crédito agrícola.....	9
2.8 BFA assina acordo para o fomento agrícola.....	10
2.9 ProAgro-Angola arranca com Usd 5.5 milhões.....	10
2.10 Vice-governadora aborda questões de saúde e educação no roque santeiro.....	11
<b>3 Governação e Descentralização</b>	<b>12</b>
3.1 Carta Aberta à Unidade Técnica das Ajudas Humanitárias (UTCAH) do MINARS.....	12
3.2 Vice ministro defende descentralização administrativa do Kuando kubango.....	12
3.3 "Há ilegalidade sim senhor!".....	13
3.4 Oposição exige medidas urgente.....	14
3.5 Mãos Livres pode levar Walipi a tribunal.....	14
3.6 Medo, diplomacia e tomadas de posição.....	15
3.7 Ainda as ONGs e o estado.....	15
3.8 Revisão do OGE eleva previsão do défice.....	16
3.9 OGE revisto vai ao Parlamento em Agosto.....	17
3.10 "Exigem muitas ilegalidades, sim senhor".....	17
3.11 «A religião islâmica não é uma seita»?.....	19
3.12 A maka das igrejas seitas e congregações... "ilegais".....	20
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>21</b>
4.1 A "casca de banana" para vrgílio fontes pereira?.....	21
4.2 OADEC promove seminário para activistas de educação cívica e direitos humanos.....	21
4.3 Ainda não existem pesquisas nem sondagem credivéis.....	21
4.4 Adesão ao censo satisfaz Rede Eleitoral.....	22
4.5 Pedido maior engajamento da sociedade no Processo.....	22
4.6 Camponseses exortados a aderir ao registo.....	22
4.7 Angolanos no exterior reivindicam.....	23
4.8 A democracia em Angola é deficiente.....	23
4.9 Angolanos no exterior reivindicam.....	24
4.10 Recomendada alteração no Código de conduta.....	24
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>26</b>
5.1 Merenda escolar abrange mais de quatro mil alunos em Katchiungo.....	26

5.2 INAC preocupado com trabalho infantil nas zonas fronteiriças.....	26
5.3 Merenda reduz desistência escolar .....	26
5.4 Vice-governadora aborda questões de saúde e educação no roque santeiro .....	27
5.5 Ensino de línguas nacionais chega a 105 turmas da 1ª classe .....	27
<b>6 Terra, Habitação e Urbanização</b> .....	<b>29</b>
7.1 Governo apostado em melhorar imagem das cidades .....	29
6.2 Serviço de Táxi em Cabinda deixa muito a desejar.....	29
6.3 Casas chegam a custar três milhões de dólares .....	30
6.4 Ruas do rangel alternativas durante construção da via expresso .....	30
6.5 Novo condomínio absorve 4 milhões de dólares .....	30
6.6 Cidadãos dormem ao relento no bairro Iraque .....	31
6.7 A agonia dos refugiados das tendas .....	32
<b>7 Serviços Básicos</b> .....	<b>33</b>
7.1 Ministra do planeamento sugere medidas contra migração em massa para as cidades.....	33
7.2 Famílias desalojadas clamam por ajuda .....	33
7.3 Focos de lixo tendem a diminuir na capital .....	34
7.4 Lançada parceria para gestão dos recursos hídricos .....	34
7.5 Rangel, Miramar e Ingombota privados do fornecimento de água.....	34
7.6 Huambo instala chafarizes em bairros periféricos .....	35
7.7 Benguela abastece com água potável três mil habitantes em todas comunas.....	35
7.8 Populares recebem precioso líquido através de cisternas .....	35
<b>8 Paz e Reconciliação</b> .....	<b>37</b>
8.1 Líder religioso considera reconciliação nacional um objectivo permanente.....	37
8.2 Jornalistas no Bié abordam papel da mídia na resolução de conflitos.....	37
8.3 Mecanismos bilateral governo-Unita analisa reconciliação e consolidação da paz .....	37
8.4 Reverendo Luís Nguimbi destaca benefícios da paz .....	38
8.5 Ex-militares da UNITA recebem imputes agrícolas.....	38
8.6 Polícia prende crentes durante a missa do enviado do Vaticano.....	38
8.7 Mais de 2000 angolanos refugiados na RD Congo regressam ao país .....	39
8.8 ONG de Cabinda acusa FAA de raptar cidadãos na RDC.....	39
8.9 Igreja católica e estado Angolano em sintonia sobre a necessidade de uma boa governança.....	40
8.10 Paz em Cabinda é efectiva .....	41

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 TAAG descarta interdição de voos no mercado europeu

*Jornal de Angola...02-07-07*

A transportadora aérea nacional TAAG descarta qualquer interdição de os seus aviões sobrevoarem no espaço europeu, ao contrário da notícia tornada pública por vários jornais portugueses durante a semana passada.

"Não foi tomada nenhuma decisão pelos órgãos da União Europeia no sentido de interditar a TAAG de sobrevoar o espaço aéreo europeu", lê-se num comunicado enviado ontem pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da companhia de bandeira.

De acordo com a nota, um comité de peritos fez uma recomendação dirigida à Comissão Europeia neste sentido, mas aquele órgão só tomará uma decisão dentro de alguns dias, pelo que ninguém pode prever qual será o seu veredicto.

A difusão precipitada da recomendação dos peritos e a exploração que se tem feito delas nos 'media' internacionais inscreve-se na estratégia de certos círculos de interesse que procuram afastar as companhias aéreas africanas do mercado mundial", ressalta o comunicado em que a TAAG "classifica este comportamento de procedimentos de concorrência desleal, contrário à prática do comércio internacional e reserva-se o direito de responsabilizar os seus autores". Para os responsáveis da TAAG, que reafirmam a todos os clientes e parceiros garantias de fiabilidade, a companhia angolana dispõe da frota mais moderna em África, sendo uma das mais modernas do mundo.

"Os nossos pilotos fazem parte do grupo dos mais experientes do continente africano e aperfeiçoaram-se recentemente na Boeing, nos Estados Unidos da América. TAAG não poupa esforços para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes", assegura a empresa que diz não recear nada quanto às medidas de segurança.

Com efeito, a companhia diz-se vítima de um estado de coisas que a ultrapassa, na medida em que é apenas uma empresa comercial. Entretanto, lia nossa companhia não se deixará intimidar", assevera a companhia.

Durante a semana finda, a imprensa europeia noticiou que a Comissão Europeia havia incluído a TAAG, Linhas Aéreas de Angola, na "lista negra" de companhias aéreas impedidas de voar no espaço europeu.

Para aquela imprensa, "o Comité de Segurança Aérea

deu parecer favorável por unanimidade à quarta actualização da sua "lista negra", que, entre outras alterações, contempla uma interdição de voar em espaço aéreo à TAAG, companhia até agora com voos regulares para Lisboa".

A "lista negra" da Comissão, de acordo com a imprensa europeia, inclui cerca de uma centena de companhias aéreas proibidas de voar no espaço aéreo europeu por não aplicarem as normas de segurança e constituírem um perigo para os passageiros.

A lista é elaborada com base em contribuições nacionais dos Estados-membros, que comunicam à Bruxelas as companhias com problemas, e numa análise profunda por especialistas após contactos com as empresas visadas.

## 1.2 Estudo revela incapacidade de transformar actual crescimento em bem estar

*A Capital...07-07-07*

Esta é, pelo menos, uma constatação que o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola incorpora no mais recente relatório económico da sua responsabilidade.

O documento, que faz uma ampla reflexão em torno do desempenho macroeconómico nacional, atribui ao país taxas de crescimento elevadas que permitem hoje posicionar Angola como a 76ª potência económica a escala mundial, quando há duas décadas nem sequer podia pensar-se em tais performances.

Ocorre, porém, que o valor absoluto do Produto Interno Bruto, segundo a pesquisa da Universidade Católica de Angola, não se tem traduzido no bem-estar das populações angolanas, cuja condição esteve, em 2006, marcada por níveis de pobreza estimadas em 60 por cento.

«Aquilo que tem sido feito em termos de educação e saúde não tem sido correspondente aos aumentos do produto interno bruto por habitante», notou o economista Alves da Rocha, na cerimónia de lançamento do relatório, cuja elaboração foi por si coordenada.

E isso decorre muito do facto de haver uma grande desigualdade na repartição da riqueza nacional, hoje concentrada numa minoria de angolanos.

A instituição defende, por isso, ser necessário uma inversão do quadro, incrementando os esforços tendentes a redução das elevadas taxas de pobreza, o que promoveria oportunidades para o aumento da produção nacional, maior oferta de produtos, assim como o incremento do emprego. Emprego que também consta do leque de preocupações levantadas no relatório, que indica estar a taxa de desemprego em

Angola situa em cerca de 27,1 por cento da população economicamente activa.

Estes são, entre outros, os males que o estudo identificou ao nível de uma economia que, em contrapartida, promete saltos muito mais significativos nos próximos três anos.

Estimativas avançadas no estudo indicam, por exemplo, que o produto interno bruto de Angola poderá atingir, até 2010, noventa e cinco biliões de dólares, tornando-se na segunda maior economia da África Subsariana.

Isso, de acordo como o relatório, significaria um PIE por habitante de 5 mil dólares, o que comparado, com países como o Brasil, a África do Sul ou o Botswana, será das maiores na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a segunda maior da África Subsariana, superando a Nigéria que é segunda maior economia do continente.

#### RELATÓRIOS ATRÁS DE OUTROS

O relatório que o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola tornou público esta semana, acontece semanas depois do Fundo Monetário Internacional (FMI) ter feito, por via de um documento similar, uma avaliação positiva do desempenho da macro - economia angolana.

Em tal relatório, o FMI salienta que o crescimento do rendimento tem-se fortalecido desde 2001, tanto no sector petrolífero e diamantífero como nos sectores não-extractivos, tendo atingido em 2006 um salto de 18,6 por cento.

O bom desempenho não foi visível apenas ao nível da expansão económica. Aquela instituição financeira internacional reconheceu também progressos notáveis na redução da inflação, que no final de 2006 atingiu 12 por cento, embora o resultado tenha ficado um pouco aquém da meta prevista pelas autoridades, que era de travar a inflação na faixa dos 10 por cento.

Nas projecções da Universidade Católica, este ano pode ser diferente, podendo, ao contrário do exercício económico passado, ser conseguida a meta de 10 por cento e, em 2008, chegar-se mesmo a 9,5%.

Só que o comportamento que a generalidade de preços no mercado apresentou nos últimos cinco meses já faz prever que muito dificilmente se poderá alcançar esse objectivo. E que no mês de Maio, o nível geral de preços no consumidor de Luanda variou em 0,88 por cento, algo que somado com as variações verificadas desde o primeiro mês do ano, deixa antever que a meta de 10 por cento é ainda uma miragem para esse ano.

Neste momento, a inflação acumulada nos últimos cinco meses está já em 4,21 por cento, quando no período homólogo de 2006, o acumulado foi de 4,05 por cento, mas a taxa de inflação real acabou na mesma por superar o objectivo esperado. A variação homóloga situase agora em 12,37%, o que significa ter havido

uma subida de 0,08 pontos percentuais com relação ao mês anterior. Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa do IPC iniciada em meados do ano 2002.

### 1.3 MINCO debate o papel do comércio na redução da pobreza

*A Capital...07-07-07*

O Ministério do Comércio vai realizar entre os dias 11 e 12 deste mês, em Luanda, um workshop que vai discutir a validação dos resultados do Estudo do Diagnóstico para a Integração do Comércio (Edic), conforme revela um documento enviado à nossa redacção.

Uma nota de imprensa distribuída pelo Ministério do Comércio indica que tomarão parte do workshop, a decorrer nas instalações da seguradora AAA, técnicos ligados à instituição, bem como representantes de organismos internacionais que se têm destacado no apoio às reformas mercantis em curso no país.

Durante os dois dias, os trabalhos serão subdivididos em quatro grupos nos quais se vão discutir questões inerentes ao desenvolvimento do Comércio em Angola. Ademais, segundo ainda a nota de imprensa, o objectivo do workshop é promover a discussão do relatório elaborado no âmbito do Edic bem como a respectiva matriz de acção.

O Estudo do Diagnóstico para a Integração do Comércio, pelo qual atende a sigla EDIC, é a componente angolana de uma iniciativa internacional que visa, na sua essência, avaliar o grau de competitividade de uma economia, identificar os sectores de maior potencial de exportação além de evidenciar para os constrangimentos para a actividade comercial. Do mesmo modo, o Edic apresenta uma matriz de acção com recomendações explícitas em função das necessidades detectadas no decurso da fase de avaliação.

É, portanto, essa matriz de acção do Edic que vai ser agora discutida no workshop organizado pelo Ministério do Comércio. Os técnicos, angolanos e estrangeiros, deverão discutir as prioridades espelhadas no relatório elaborado do Edic e vão, ainda, avaliar a consistência entre as políticas propostas e a agenda geral de desenvolvimento de Angola.

De acordo com a nota de imprensa do Ministério do Comércio, as propostas da matriz de acção do Edic podem ser corrigidas para que sejam, posteriormente, aprovados projectos decorrentes de assistência técnica, cujo financiamento está garantido por fundos do «Integrated Framework Window 11».

O Edic é parte do processo do Quadro Integrado para a Integração do Comércio. Trata-se, na verdade, de um

estudo elaborado por especialistas locais e internacionais, com o apoio de várias instituições, essencialmente agências das nações unidas.

O Quadro Integrado para a Integração do Comércio foi lançado em 1997 por seis agências internacionais, como sejam o FMI, Itc, Unctad, Omc e Banco Mundial.

#### 1.4 Ministro das relações Exteriores considera encerrado "caso TAAG"

*Jornal de Angola...08-07-07*

As companhias aéreas dos países da União Europeia deverão continuar a operar em Angola sem qualquer constrangimento, garantiu o ministro das Relações Exteriores, João Miranda.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, João Miranda disse que o caso TMG-União Europeia está encerrado e que a companhia aérea angolana deve rapidamente adequar os seus procedimentos às performances exigidas pelo Comité de Segurança Aérea da União Europeia.

"Vamos esperar que a TMG cumpra as performances exigidas e que nos próximos tempos possa reatar os seus voos para o espaço europeu", acrescentou.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, "neste caso não se aplica a situação de reciprocidade", acrescentando que os aviões dos países da União Europeia devem continuar a operar em Angola.

A Comissão Europeia decidiu quarta-feira incluir a TMG na "lista negra" de companhias proibidas de operar no espaço aéreo europeu, por razões de segurança, medida que entrou em vigor na sexta-feira.

#### 1.5 Produtos estão mais baratos com êxito da campanha agrícola 2006/07

*Jornal de Angola...18-07-07*

Mais de 250 mil toneladas de diversos produtos agrícolas, como milho, massango, massamba, batata-rena e doce, mandioca e hortícolas, serão colhidos pelos camponeses da Huíla, até ao final da campanha agrícola 2006/07, que está já a resultar na baixa de preços nos principais mercados da província.

Nas cinco zonas estabelecidas pela Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o movimento de agricultores aumenta dia após dia. O resultado das primeiras safras reflecte-se já nos mercados informais do Lubango, Chibia, Quipungo, Humpata, Matala, entre outros.

Nestes locais, encontram-se concentradas quantidades consideráveis de cereais, de batata-rena e doce e de

outros produtos do campo. No entanto, a boa nova já trouxe algumas alterações no preço de alguns produtos do campo.

O êxito da campanha agrícola 2006/07 envolve 175 mil camponeses, através dos programas de extensão e desenvolvimento rural e de fomento agrário do Governo, em parceria com instituições humanitárias.

A implementação destes programas contribuiu para a distribuição a crédito de 159 mil e 76 instrumentos de trabalho, sementes e fertilizantes. Os camponeses contaram também com meios mecanizados na preparação de 359 mil 164 hectares de terra.

O delegado da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Huíla, Lutero Campos, fez saber que o êxito da safra derivou, além do empenho de vários agricultores, da regularidade das chuvas, que, desta vez, serviram para irrigar os campos conforme manda o figurino.

#### 1.6 Em Angola falta participação

*Jornal de Angola...19-07-07*

As activas movimentações que se vêm registando na economia de diversos países africanos, registam-se em alguns sectores que atraem o interesse dos agentes económicos, mas não têm desencadeado o desenvolvimento global dessas sociedades. É o que se verifica em Angola, onde a economia do país, a crescer como nunca, está a ser impulsionada pela actividade que ferve em algumas áreas, mas, mesmo ao lado, os camponeses, como se vivessem noutro país, estão à margem desse processo, não alimentando nenhuma esperança de colher qualquer benefício.

"É uma realidade preocupante, não apenas pelo que representa de injustiça social, mas também porque, ao excluir a maioria da sua população, o país está a estrangular, a prazo, o seu próprio 'processo de desenvolvimento', constatações da publicação da comissão europeia.

Para integrar os camponeses na economia haverá que quebrar com determinação esta "marginalização", colocando ao dispor das populações rurais, infra-estruturas e recursos humanos, técnicos e financeiros, capazes de viabilizar de forma sustentada a melhoria da sua vida. A questão deve ser vista como um excelente investimento para o país, pois será a forma de mobilizar, potenciar e pôr ao serviço do seu desenvolvimento a capacidade de trabalho da maioria da população, que hoje luta na marginalidade pela sobrevivência, mas que, doutro modo, poderá contribuir decididamente para o crescimento do produto nacional. Como fazê-lo de uma forma eficiente e nacionalmente abrangente, eis o formidável desafio a enfrentar.

Se se olhar em redor para tentar perceber o dinamismo

de algumas actividades industriais e serviços, constatar-se-á que correspondem com frequência a iniciativas externas, muitas vezes pontuais, com deficiente ou nula ligação à sociedade local, que se instalam onde, com razoável acessibilidade, possam contar com solicitações do mercado, tecnologia e apoio financeiro.

Em contraste com esta realidade, nenhuma destas condições está disponível para mobilizar o desenvolvimento rural. De facto, embora seja premente em Angola a necessidade de aumentar ofertas de bens alimentares, esta realidade não passa de uma miragem para os raros camponeses capazes de produzir excedentes, pois não há ligação aos mercados. A acessibilidade constitui, assim, a primeira grande barreira ao desenvolvimento. A tecnologia agrícola é outra questão em aberto, particularmente no que respeita a sustentabilidade da produção quando a pressão sobre a terra obriga ao encurtamento dos pousios. Finalmente, de assinalar outro bloqueio do desenvolvimento, a indisponibilidade da banca comercial para o financiamento dos pequenos agricultores, que para atingir adequadas plataformas de sustentabilidade necessitam de dispor de recursos financeiros necessários ao investimento nos factores de produção indispensáveis ao alcance da produtividade pretendida.

## 1.7 Angola continua a liderar por baixo mantendo em alta a corrupção

*Folha 8...21-07-07*

O Banco Mundial produziu mais um relatório e nele passou em revista a situação económica e social de vários países, dentre os quais os de expressão portuguesa.

E para tristeza dos angolanos, o documento do Banco Mundial classifica o consulado do presidente José Eduardo dos Santos, como o pior aluno, com destaque para a corrupção.

No início, quando se fazia eco internacional, das disfunções da nossa indígena governação, logo saltavam os ruidosos batuqueiros das cartolas, arremessando petardos à navegação, com a velha estrofe da perseguição de forças externas e de certa oposição interna.

Em determinadas alturas conseguiram dividir e confundir a opinião dos autóctones e parecia até colar a alegada má-fé, da União Europeia, Estados Unidos, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que se mostravam e continuam renitentes em patrocinar a realização de uma cimeira de doadores, sob acusação de falta de transparência na gestão das contas públicas.

O Governo vem contrariando esta tese e diz haver, hoje, mais transparência e rigor na gestão das contas do

Estado, que tem permitido um crescimento considerado galopante da economia, mas ainda assim sucedem-se as denúncias de corrupção, implicando altos funcionários do aparelho do Estado.

E uma vez mais, o último relatório do Banco Mundial, aponta o dedo acusador ao governo angolano de ter, entre os países de expressão portuguesa, a mais baixa classificação na maioria dos indicadores de governação, incluindo corrupção e eficácia governamental.

Na rubrica Indicadores Globais da Governação 1998-2006, Angola surge no indicador "controlo da corrupção" no percentual 8,7, o que significa que apenas 8,7 por cento dos 212 países incluídos estão abaixo deste nível.

A Guiné-Bissau surge com 15,5 e Timor-Leste com 19,9. Os dois melhores neste aspecto são Portugal (82,5) e Cabo Verde (72,8), que surge bem à frente do Brasil (47,1).

Os autores do relatório, são os economistas Daniel Kaufmann, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi, e calcularam o desempenho dos governos a partir de diversas fontes, como institutos de pesquisa, centros de análise, organizações não-governamentais e demais ONG's internacionais, destacando-se dentre os avaliadores a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Economist Intelligence Unit, Banco de Desenvolvimento Africano (BAD), Afrobarómetro, Gallup ou Departamento de Estado. Ainda maior é o toso com os restantes "oito" no que diz respeito a "voz e responsabilização", que mede a participação dos cidadãos na política, onde o nosso país, Angola está com 11,5, e o segundo pior, a Guiné-Bissau, com 33,7. O cumprimento da lei é o pior resultado de Angola (0,1), e também da Guiné-Bissau (9,0).

Para este item concorrem os constantes abusos e violações da lei, onde o executivo angolano, por exemplo, confisca as finanças dos partidos políticos da oposição, apropria-se das terras dos pobres, prende cidadãos por questões políticas, para investigar entre outros. Mas nem tudo parece mal, na visão do Banco Mundial, que vulgariza o ambiente em Cabinda, onde a FLEC, continua a efectuar ataques esporádicos e no resto do país existe uma frustração incubada dos militares desmobilizados ou a desmobilizar da ex-UNITA armada e das FAA, que ainda não têm a sua situação de apoio social regularizada, afirmando estar bem Angola no domínio da estabilidade política, surgindo confortavelmente com 28,8, ligeiramente acima da Guiné-Bissau (26,4).

No capítulo da regulação, Angola com 7,1 supera Timor-Leste, que tem 6,8, sendo a melhor classificação alcançada pela pátria de Xanana Gusmão, na "voz e responsabilização" com 38,5, tal como na Guiné 33,7.

Em São Tomé e Príncipe, segundo os números



apresentados pelo Banco Mundial, o pior desempenho está na eficácia do governo, com 20,9 e o melhor é a estabilidade política e ausência de violência, com 64,4. O melhor em Cabo Verde e em Moçambique, na altura do estudo do BM, é a ausência de violência 78,8 e 63,9, respectivamente e o pior a qualidade da regulação 45,4 e 30,7.

Recorde-se que nos últimos dias, Moçambique tem conhecido uma subida espiral da violência, tendo mesmo obrigado a ser decretado o recolher obrigatório, na capital.

O Brasil destaca-se na voz e responsabilização em 58,7 e o pior é o cumprimento da lei 41,4, enquanto Portugal apresenta a sua pior classificação na estabilidade política (76) e a melhor em voz e responsabilização (90,4).

Para os autores do estudo, os números dão conta de melhorias a nível mundial na governação, e particularmente no combate à corrupção, incluindo em África.

"A notícia auspiciosa é que um número considerável de países, mesmo em África, está a mostrar que é possível fazer progressos significativos na governação num período de tempo relativamente curto; estas melhorias são cruciais para a eficácia da ajuda e para um crescimento sustentado a longo prazo", afirma Daniel Kaufmann, coautor do estudo.

De acordo com os autores do estudo, a corrupção movimenta anualmente um bilião de dólares em todo o mundo e os dirigentes de muitos países africanos lideram a lista de desvio de dinheiro do erário público, para as suas contas pessoais em paraísos fiscais europeus.

## 1.8 Vice-ministra da agricultura apresenta programa de desenvolvimento rural

*Jornal de Angola...25-07-07*

Um programa de desenvolvimento rural para o combate à pobreza, a ser implementado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Minader), foi apresentado ontem na cidade de Malanje pela vice-ministra do pelouro, Filomena Delgado, no âmbito do plano do Governo para melhoria das condições de vida das populações.

O programa visa promover o desenvolvimento do sector agrícola nas zonas rurais, através da definição de programas e acções nas áreas a serem definidas pelos respectivos governos provinciais.

A implementação do referido programa de âmbito nacional consubstancia-se no desenvolvimento rural, desenvolvimento da agricultura familiar e empresarial, bem como o desenvolvimento e reposição da capacidade de investigação agrária. Para tal, cabe aos

governos provinciais a identificação dos municípios ou comunas onde inicialmente deverá ser implementado o programa, bem como as áreas de intervenção, de acordo com as necessidades e prioridades dos cidadãos. A governante disse que o programa de desenvolvimento rural é específico para as zonas sub-urbanas, com finalidade de atender as necessidades dos municípios, de acordo com as prioridades por si apresentadas.

No prosseguimento dos trabalhos, a dirigente deslocou-se quarta-feira a comuna de Cambaxe, município de Malanje, no sentido de, junto das autoridades locais, analisar as vias de execução do plano estratégico de desenvolvimento rural.

Com o mesmo propósito, Filomena Delgado visita amanhã mais duas localidades no município de Cacuso, 72 quilómetros da cidade de Malanje.

O referido programa teve início em Maio deste ano tendo sido já visitadas as províncias do Huambo, Bié, Kwanza-Sul e Bengo.

## 1.9 Redução da pobreza passa pelo poder económico das mulheres

*Jornal de Angola...26-07-07*

A redução da pobreza passa pela garantia de um melhor poder económico às mulheres, defendeu ontem, em Luanda, a secretária nacional da organização feminina do partido no poder, Luzia Inglês VanDúnem "Inga".

"Para minimizar os efeitos da pobreza será necessário assegurar um melhor poder económico das mulheres, facilitando o seu acesso ao crédito, à terra, à água, à energia, etc", advogou a secretária nacional da OMA, durante a abertura das jornadas alusivas ao 31 de Julho, Dia da Mulher Africana.

Luzia Inglês defende ainda que os governos, a sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e os doadores adoptem estratégias de acção em concertação com os necessitados (pobres, deslocados e refugiados), com vista a redução da pobreza.

Na óptica de Inga, deve haver também uma participação efectiva dos homens, das mulheres e dos jovens, para que se assegure a autosuficiência alimentar, o acesso ao crédito, o direito a educação, a formação e informação, o acesso à terra e aos cuidados básicos de saúde.

A abertura das jornadas alusivas ao 31 de Julho foi marcada com a realização de uma palestra sobre "A pauperização do continente africano – Que desenvolvimento económico para África? Desafios e estratégias". Foi oradora principal a secretária-geral da Organização Panafricana das Mulheres (OPM),

Assetou Koité.

Na ocasião, Assetou Koité apelou a todas as mulheres presentes no sentido de serem solidárias com os Estados Unidos de África, uma instituição que os países africanos querem ver democraticamente constituídos, embora uns (os radicais) defendam que seja para já e outros (os gradualistas) advoguem que isso seja de forma gradual.

A secretária-geral da OPM acredita que só com um Governo forte (como o dos Estados Unidos de África) serão resolvidos problemas como o da pobreza e do VIH/Sida', Assetou Koité disse, contudo, que as mulheres também têm uma palavra a dizer para a resolução dos problemas do continente, "Somos chamadas a trabalhar para sairmos desta situação, Fazemos parte de um continente muito rico, mas essa riqueza não nos serve, porquê?", questionou Koité, para quem todas as mulheres devem responder à essa questão e buscar soluções.

O acto de abertura das jornadas alusivas ao Dia Africano da Mulher foi presenciado pela vice-governadora de Luanda, Francisca de Espírito Santo, e pela secretária provincial da OMA, Eulália Rocha, para além de membros do secretariado da OPM e da organização feminina do MPLA.

## 1.10 Revisão do orçamento favorece sectores social e económico

*Journal de Angola...29-07-07*

Os sectores estruturantes para o desenvolvimento da economia nacional são os mais beneficiados com a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) aprovada pelo Governo, segundo o Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguinaldo Jaime.

Mesmo confrontado com a redução do crescimento económico agora menos 12 pontos percentuais em relação à previsão inicial (31,2 % para 19,2%), o Governo decidiu aumentar, em termos percentuais, as fatias para os sectores sociais e económico, em função da sua importância no desenvolvimento do país e na redução da pobreza.

Os recursos para o sector económico – que engloba a reabilitação de infraestruturas básicas – quase duplicou, passando dos anteriores 14,1 por cento para os actuais 24,2 por cento. O sector social recebeu, igualmente, uma fatia maior e passou de 28 por cento para 31,6 por cento.

Em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), o coordenador da equipa económica frisou que, para realizar esta engenharia financeira, o Governo reduziu os encargos financeiros nomeadamente os juros que o Governo tem de pagar pelas dívidas que contrai, de

22,4 para 13,2 por cento, bem como cortou gastos com despesas de funcionamento do aparelho do Estado, que ficaram reduzidas em 6,6 pontos percentuais (22,6 para 16 por cento). Em termos de montantes, o orçamento revisto aponta para um volume de despesas e receitas na ordem dos 2,3 trilhões de kwanzas, contra os 2,5 trilhões iniciais.

Outro aspecto positivo no documento que será posto à votação na Assembleia Nacional, segundo Aguinaldo Jaime, é o facto de o OGE ser financiado na sua totalidade por recursos internos. Trata-se de uma estratégia para oferecer ao sistema financeiro nacional oportunidades de negócios para se desenvolver.

"Fazendo recurso ao financiamento interno, estaremos a potenciar as nossas instituições financeiras, que assim realizam mais negócios e têm oportunidades de aumentar o crédito aos nossos empresários", disse, acrescentando que, ao recorrer a fontes externas, o país estaria a financiar outras economias.

Aguinaldo Jaime garante, à partida, que não haverá défice de recursos para o OGE, uma vez que o recurso a fontes internas de financiamento será feito através de Títulos de Tesouro e do Banco Central.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Autoridades administrativas no Lobito organizam mercados paralelos

*Angop...20-07-07*

A administração municipal do Lobito, província de Benguela, vai transferir nos próximos dias, os feirantes dos mercados informais do Chapanguele e Contente para um outro local na zona alta da cidade. O novo mercado cujo projecto foi apresentado quinta-feira aos municípios tem cerca de trinta e dois hectares que serão subdivididos em treze quarteirões, para um total de três mil 250 barracas.

No local esta a ser construído um tanque de água com capacidade de 100 mil litros e nos próximos dias será montado um grupo gerador de energia com 80 KV. O administrador municipal Amaro Ricardo disse que o objectivo da transferência dos feirantes, visa garantir maior segurança pois os actuais mercados do Chapanguele e do contente encontram-se situados junto da estrada nacional que liga Luanda a Benguela. Adiantou que o facto dos dois mercados estarem localizados à beira da estrada nacional, têm provocado várias vítimas por atropelamento, cuja média é de dois por dia.

A degradação do saneamento básico nos locais onde funcionam actualmente mais de dois mil feirantes, também está na origem da criação do novo mercado. Por seu turno os feirantes consideram de positivo o plano da administração municipal pois que nos actuais mercados tem encontrado inúmeras dificuldades de efectuarem os seus negócios, sobretudo na época chuvosa em que os mercados ficam inundados. Já os automobilistas acham oportuna a transferência dos feirantes pois que a existência dos mercados de Chapanguele e do contente constituía perigo para eles naqueles perímetros.

### 2.2 Vendedores de mercados em Benguela serão transferidos

*Jornal de Angola...21-07-07*

A administração municipal do Lobito, província de Benguela, vai transferir nos próximos dias, os feirantes dos mercados informais do Chapanguele e Contente para um outro local na zona alta da cidade. O novo mercado, cujo projecto foi apresentado quinta-

feira aos municípios, tem cerca de trinta e dois hectares, que serão subdivididos em treze quarteirões, para um total de três mil e 250 barracas.

No local está a ser construído um tanque de água com capacidade de 100 mil litros. Nos próximos dias será montado um grupo gerador de energia com 80 KVA.

O administrador municipal, Amaro Ricardo, disse que o objectivo da transferência dos feirantes é garantir maior segurança, pois os actuais mercados do Chapanguele e do Contente encontram-se situados junto da estrada nacional que liga Luanda à Benguela.

Adiantou que o facto dos dois mercados estarem localizados à beira da estrada nacional tem provocado várias vítimas por atropelamento. Em média registam-se dois atropelamentos por dia.

A degradação do saneamento básico nos locais onde funcionam actualmente mais de dois mil feirantes também está na origem da ideia da criação do novo mercado.

Por seu turno, os feirantes consideram positivo o plano da administração municipal, pois nos actuais mercados têm encontrado inúmeras dificuldades para efectuarem os seus negócios, sobretudo na época chuvosa, em que os mercados ficam inundados.

Também os automobilistas acham oportuna a transferência dos feirantes, pois que a existência dos mercados de Chapanguele e do Contente constituía perigo para eles naqueles perímetros.

### 2.3 BDA aposta no crédito

*Cruzreiro do Sul...21-07-07*

Priorizando as cadeias produtivas de milho, feijão e na indústria de materiais de construção, o BDA esclareceu aos empresários de Benguela os métodos de acesso aos créditos do banco na perspectiva de elevar o nível de vida da população.

Para o economista Walter Barros, administrador do BDA, as taxas de juros são as mais bonificadas das que se praticam em todo o país, para além de o crédito ser o mais acessível e prático. "Mesmo sem merecer unanimidade na sua aplicação poderá ser revisto nos próximos tempos concedendo aos produtores um período de graça que será aplicado com base na produtividade dos beneficiados", explicou.

Na perspectiva de estender a sua rede em todo país, o banco firmou um protocolo com os bancos comerciais que vão operacionalizar, numa primeira fase, em nove cidades, os créditos a médios e grandes produtos no quadro da sua estratégia de apoio ao crescimento sustentado do país. Fugindo as tradicionais exigências de garantias e hipotecas, o BDA parte de uma base de organização estrutural e contabilística das empresas produtoras para o acesso ao crédito. Indignados com

esta opção do banco em conceder crédito aos médios e grandes produtores, alguns participantes solicitaram a revisão de certas cláusulas de financiamento atendendo às condições do mercado na vertente procura-oferta e no pagamento das taxas aduaneiras pelos empresários do sector de apoio ao campo que muitas das vezes se vêem incapazes de contornar inúmeras situações.

Estimado em até USD 5 milhões, o crédito poderá ser negociado directamente com o banco e abaixo desta cifra com os balcões dos bancos comerciais. Os recursos do banco são provenientes de 5% das receitas globais anuais da tributação da indústria petrolífera e 2% da tributação de diamantes.

Reconhecendo os factores de risco que este investimento poderá sofrer com prejuízos para as partes envolvidas, o BDA traçou um plano estratégico como garantia do retorno dos financiamentos que vai articular o sistema de protecção ao crédito e ao produtor com particular incidência para o homem ligado ao sector agrícola na implementação de políticas de preços mínimos, garantias de reembolso, compras institucionais e políticas de equivalência de produtos, tudo no âmbito da instabilidade dos preços e variações climáticas. Com apenas um ano de existência, o BOA foi criado pelo decreto-lei numero 37/6 de Julho de 2006 fruto das actividades do Fundo de Desenvolvimento Social já extinto e tem como principal suporte actual de financiamento o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Angola.

## 2.4 BFA e CLUSA aliam-se na implantação do Proagro Angola

*Semanario Angolense...21-07-07*

O Banco de Fomento Angola (BFA) e a Liga das Cooperativas dos Estados Unidos (CLUSA) assinam terça-feira, 24, uma parceria destinada a implantação de um programa agrícola e financeiro denominado ProAgro Angola, que tem como finalidades a melhoria do acesso dos agentes agrícolas e agroindustriais aos mercados e o desenvolvimento de produtos financeiros adaptados às necessidades de um sector com características tão específicas, soube este jornal de fontes do banco.

A CLUSA é a entidade responsável pela implementação do ProAgro Angola, um programa de cinco anos financiado pela CHEVRON Corporation e pela Agência (governamental norte-americana) para ajuda internacional, a USAID.

A CLUSA tem como parceiros de implementação a ECI – Africa, uma empresa de consultoria baseada na Africa do Sul, para além de duas ONG nacionais, a ADRA e a AGROMARKET.

Este programa intervém na lógica da cadeia produtiva,

facilitando as ligações entre todos os intervenientes no sector agrícola (agricultores, fornecedores de meios de produção, compradores de produtos agrícolas, bancos, instituições de pesquisa e assistência técnica) na capacitação dos agricultores para o acesso a produtos e serviços financeiros.

A implementação do PROAGRO Angola é feita em estreita articulação e coordenação com o Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) e outros departamentos do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER).

A cooperação envolverá um vasto conjunto de tarefas, destacando-se a realização de estudos de financiamento de projectos agrícolas e de estudos sub sectoriais em cadeias produtivas seleccionadas, o acompanhamento conjunto da implementação e exploração de projectos financiados e a formação, pelo BFA, do pessoal da (LUSA em matéria de serviços e mercados financeiros. Um documento do BFA fornecido à imprensa considera, a propósito desse programa, «Angola tem reconhecidas potencialidades agrícolas, ainda insuficientemente exploradas, sendo por isso um sector a merecer lugar de destaque nas prioridades para o desenvolvimento nacional».

O BFA declara que iniciou um processo de alargamento e aprofundamento da sua carteira de serviços para dar resposta aos desafios que hoje se colocam ao sector agrícola.

Nesse sentido, acrescenta o documento, o BFA centra a sua estratégia em dois planos, sendo um de criação de uma unidade específica para a análise de projectos e a montagem de operações de financiamento, constituída por uma equipa de especialistas, nacionais e internacionais, e outro de estabelecimento de parcerias com instituições experientes e especializadas no desenvolvimento e fomento de projectos agrícolas.

No âmbito do estabelecimento de parcerias, o BFA celebrou, no passado dia 23 de Junho, o primeiro protocolo de cooperação no sector agrícola com a Cooperativa dos Criadores de Gado do Sul de Angola (CCGSA) e a CLUSA, tendo como objecto o financiamento de um estudo das opções estratégicas e de viabilidade económico-financeira de um projecto agro-pecuário de grande dimensão que envolve a cooperativa e os seus associados e que poderá conduzir à concessão de financiamento dos seus investimentos.

## 2.5 Três mil agricultores beneficiarão de MicroCrédito

*Jornal de Angola...25-07-07*

Mais de três mil pequenos e médios produtores agrícolas, cooperativas e empresas de agro-negócios vão beneficiar de crédito no âmbito do Programa de

Desenvolvimento Agrícola e Financeiro (Pro Agro Angola), um projecto a ser desenvolvido num período de cinco anos.

O programa, lançado em Março deste ano, está a apoiar 100 produtores de bananas na província de Benguela. Além desta província (Benguela) o programa será extensivo à Huíla, Bengo e Kwanza-Sul (nesta última está previsto o lançamento de um projecto cafeeiro na zona do Porto Amboim, envolvendo cerca de 4 mil cafeeiros). A iniciativa é do Instituto Nacional do Café de Angola (INCA) em parceria com a Liga das Cooperativas dos Estados Unidos (CLUSA). A informação foi avançada ontem, em Luanda, durante a assinatura de um acordo de parceria entre o Banco de Fomento Angola (BFA) e CLUSA no âmbito do programa Pro Agro-Angola

Assinado entre Ernédio Pinheiro, presidente da Comissão Executiva do BFA, e Estêvão Rodrigues, da CLUSA, o acordo prevê a realização de estudos e financiamento de projectos agrícolas, bem como estudos sub-sectoriais em cadeias produtivas seleccionadas. Inclui ainda o acompanhamento conjunto da implementação e exploração de projectos de financiamento pelo BFA e a formação do pessoal da CLUSA em matéria de serviços e mercados financeiros.

Na ocasião, Emídio Pinheiro, do BFA, considera que Angola tem reconhecidas potencialidades agrícolas, ainda insuficientemente exploradas, sendo por isso um sector a merecer destaque nas prioridades para o desenvolvimento nacional. Segundo o gestor bancário, o protocolo permite o início de um processo de alargamento e aprofundamento da sua carteira de serviços para dar resposta aos desafios que se colocam ao sector agrícola.

Para a operação, o BFA criou uma unidade específica para analisar os projectos e a montagem de operações de financiamento, constituída por uma equipa de especialistas nacionais e estrangeiros, com vasta experiência e conhecimento do sector, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições experientes; incluindo especialistas no desenvolvimento e fomento de projectos agrícolas.

A implementação do ProAgro-Angola é feita em articulação e coordenação com o Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA), entre outros departamentos do Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Minader).

O sector agrário nacional, que inclui a agricultura, silvicultura e pecuária, é o segundo mais produtivo do país, depois do sector petrolífero.

Apesar da sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) ser apenas 9,8 por cento (dados de 2006), ainda assim tem ajudado a população que dele depende directamente, segundo o director nacional da Agricultura, Joaquim Duarte.

Para o responsável, o Governo tem desenvolvido programas orientados para a produção e o fomento da actividade económica privada. Dentre as acções, destacam-se a reabilitação e construção de canais de irrigação, a extensão rural, a Multiplicação de sementes, construção de laboratórios a promoção do desenvolvimento do comércio rural e ainda a promoção do alargamento da oferta de serviços financeiros para o financiamento de iniciativas privadas.

## 2.6 "Crédito jovem" ja no k. Sul

*Jornal de Angola...26-07-07*

Um projecto que visa a criação dirigida de micro-empresas e pequenos negócios nos vários domínios da vida social, denominado crédito jovem, foi lançado terça-feira, no Sumbe, pelo coordenador provincial da comissão executiva do referido programa, João Ambrósio Neto.

Segundo o responsável, o projecto, concebido pelo Governo angolano e integrado pelo Conselho da Juventude e Banco de Poupança e Crédito (BPC), vai beneficiar jovens dos 17 aos 35 anos de idade, desde que apresentem projectos concretos.

Ambrósio Neto disse que, dentro de 15 dias, estarão reunidas as condições materiais para o arranque do projecto.

O projecto Crédito Jovem visa retirar os jovens dos pequenos comércios de rua e enquadrá-los em micro-empresas dirigidas.

Para Fernando Manuel, representante da Associação da Reboleira, a chegada do Crédito Jovem à província é bem vinda, visto que vai permitir a criação de micro-empresas.

## 2.7 Banco de Fomento une-se ao esforço para aumentar o acesso ao crédito agrícola

*Angolense...28-07-07*

Várias individualidades foram convidadas para assistir à cerimónia de assinatura do documento, um evento que se enquadra nos esforços conjuntos para apoiar o programa de Desenvolvimento Agrícola e Financeiro (ProAgro).

"Esta cerimónia marca o engajamento do BFA, como banco privado, na disponibilização de recursos financeiros para o sector agrário que reveste de importância não somente pelas potencialidades económicas, mas principalmente porque delas depende um grande número de pessoas", referiu o representante do Ministério da Agricultura.

A mesma fonte destacou que esta iniciativa é mais uma porta aberta para o desenvolvimento agrário. "Esse

apoio permitirá financiar oportunidades de negócio para os produtores e criadores nacionais, precedidas sempre da análise das respectivas cadeias de valor e da avaliação da viabilidade técnica e comercial das propostas", frisou.

O mesmo referiu ainda que o Governo tem vários projectos para o sector agrário, mas tem contado com uma pequena fracção de volume de crédito da parte dos diferentes agentes do sistema financeiro nacional. "O crédito poderá funcionar como uma alavanca para o progresso económico devendo visar o bem comum", disse ainda.

Em seguida, Emídio Pinheiro, em representação do BFA, falou do orgulho que o grupo sente por ser o primeiro a apostar no sector agrícola nacional e na alegria de poderem contribuir para o fortalecimento da economia angolana.

"O BFA iniciou um processo de alargamento e aprofundamento de sua carteira de serviços para dar resposta aos desafios que hoje se colocam ao sector agrícola. Criamos uma unidade específica para análise de projectos e a montagem de operações de financiamento, bem como estabelecemos parcerias com algumas instituições especializadas na matéria", explicou.

## 2.8 BFA assina acordo para o fomento agrícola

*Agora...28-07-07*

Um acordo que prevê a realização de estudos e financiamento de projectos agrícolas foi esta semana rubricado entre o Banco de Fomento Angola (BFA) e a Liga das Cooperativas dos Estados Unidos (CLUSA).

Desse acordo, que inclui a exploração de projectos de financiamento pelo BFA e a formação de pessoal, pela CLUSA, deverão ser abrangidos cerca de três mil pequenos e médios agricultores, bem como cooperativas e empresas de agro-negócios.

O presidente da comissão executiva do BFA, Emídio Pinheiro, sustentou que o protocolo permite o início de um processo de alargamento e aprofundamento da sua carteira de serviços para dar resposta aos desafios que se colocam ao sector agrícola.

"Angola tem potencialidades agrícolas ainda não suficientemente exploradas, sendo por isso um sector a merecer destaque nas prioridades para o desenvolvimento do país", disse o gestor.

A CLUSA é responsável pela implementação do Programa de Desenvolvimento Agrícola e Financeiro (ProAgro Angola) financiado pela petrolífera CHEVRON e pela USAID. Para o efeito, a CLUSA conta com o concurso de parceiros, nomeadamente duas Ong nacionais, a Adra e a Agromarket. O

programa tem a duração de cinco anos.

## 2.9 ProAgro-Angola arranca com Usd 5.5 milhões

*Semanario Angolense...28-07-07*

Com objectivo de proporcionar maior vitalidade ao sector agrícola e, sobretudo, ao acesso dos agentes agrícolas e agro-industriais aos mercados, assim como o desenvolvimento de produtos financeiros inovadores adaptados às necessidades do sector, o Banco de Fomento-Angola (BFA) e a Liga das Cooperativas dos EUA (CLUSA), assinaram, na terça-feira 24, um acordo que visa estabelecer uma parceria entre ambas para o fomento da actividade.

O programa foi lançado a um de Março e poderá já beneficiar nesta sua primeira fase o acesso ao crédito a cerca de três mil pequenos e médios agricultores, cooperativas e empresas de agro-negócios no âmbito do Programa de Desenvolvimento Agrícola e Financeiro. O programa, que se encontra na fase de implementação, terá uma duração de cinco anos e vai absorver cerca de cinco milhões de dólares financiados pela Chevron e USAID. Este valor, segundo soube o Semanário Angolense, destina-se apenas à manutenção das actividades da CLUSA, na acessória técnica e capacitação dos agentes agrícolas para o acesso a produtos e serviços financeiros.

Para além de fazerem parte alguns departamentos afectos ao Ministério da Agricultura, a implementação deste programa conta com a estreita articulação e coordenação com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

Emídio Pinheiro, PCA do BFA, disse na ocasião que a assinatura do acordo representa uma «porta de entrada» para que os agentes agrícolas possam obter os financiamentos para a execução dos seus projectos a partir de um estudo de viabilidade tecnicamente concebido por técnicos da CLUSA, o que permitirá a obtenção dos créditos por parte dos agentes «do dia para a noite».

De acordo com o presidente do BFA, a assinatura do acordo representa uma iniciativa que já se fazia sentir num sector que muitas vezes via os seus projectos a serem objecto de recusa para financiamentos devido a falta de estruturação na apresentação dos planos de trabalhos, assim como as perspectivas de rentabilidade dos projectos.

Questionado se existe uma vantagem directa para os agentes agrícolas que fazem parte deste programa, principalmente no que diz respeito a uma redução da taxa de juros, Emídio Pinheiro esclareceu que todos os clientes merecerão o mesmo tratamento, «todos serão tratados da mesma maneira. A vantagem dos

agricultores que fazem parte deste programa é que poderão ter acesso ao crédito mais rápido porque contam com a assessoria técnica de uma instituição competente o que lhes permitirá apresentar ao banco solicitações e programas concretos e com a apresentação de todos os estudos que são realizados sobre a viabilidade do investimento».

A ProAgro-Angola, nesta sua primeira fase, tem já as suas actividades estendidas em três províncias, nomeadamente, Huíla, Kwanza-Sul e Benguela, onde já se trabalha com cem bananicultores. Neste momento estão a ser desenvolvidos estudos no município do Amboím, onde a CLUSA trabalha com quatro mil cafeicultores para o desenvolvimento da actividade.

## 2.10 Vice-governadora aborda questões de saúde e educação no roque santeiro

*Jornal de Angola...28-07-07*

A vice-governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santos, visitou ontem, o mercado Roque Santeiro, onde manteve um encontro com as vendedoras do mercado para abordarem assuntos sobre saúde e alfabetização.

O encontro enquadra-se no âmbito de abertura do programa de actividades referentes à jornada da Mulher Africana/2007.

De acordo com a vice governadora do Governo provincial de Luanda (GPL) para este ano no dia dedicado à Mulher Africana (31 de Julho), decidiu dirigir as suas actividades à saúde materna. "Por esta razão, junto das quitandeiras e compradores do Roque Santeiro estamos a desenvolver uma actividade de educação para a saúde", referiu.

Francisca do Espírito Santo disse, ainda, que o GPL está a realizar uma série de actividades em que se pretende sensibilizar as pessoas que têm o Roque Santeiro como local de trabalho, isto no que concerne a saúde.

"Fico satisfeita em saber que mulheres que eram analfabetas, hoje, conseguiram concluir a 6ª classe, a frequentar aulas aqui no 'Roque Santeiro. É necessários que esses trabalhos continuem para obtermos os resultados desejados até aos próximos anos", sublinhou.

Por outro lado, no que diz respeito à organização do referido mercado, a vicegovernadora reconheceu que o mesmo está organizado. Enfatizou que o GPL tem acompanhado os trabalhos de limpeza e o asseio do mercado.

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Carta Aberta à Unidade Técnica das Ajudas Humanitárias (UTCAH) do MINARS

*Angolense...12-07-07*

O pronunciamento que fazemos aqui deve ser entendido no quadro do processo de democratização de Angola e das diferentes contribuições para a consolidação de um estado de direito. Uma democratização que não se resume à realização de eleições ou a pronunciamentos mas que inclui a acção cidadã e a pluralidade de opiniões.

Nos últimos tempos temos ouvido e lido pronunciamentos públicos de altos dirigentes do Estado Angolano, como sua Excelência o Presidente da República e o Ministro do Interior, apenas para citar dois exemplos, no sentido de reafirmar a orientação democrática de Angola, o respeito pelo Estado de Direito e a importância de uma postura activa por parte dos cidadãos na defesa da legalidade democrática.

Ao mesmo tempo, chegam-nos outros pronunciamentos que parecem ir no sentido de se impedir ou tentar ilegalizar qualquer actividade ou postura crítica em relação a políticas públicas, ou à monitoria do cumprimento da lei por parte do Estado (ou dos seus funcionários, distinção que é importante fazer).

Assim, e na sequência de pronunciamentos por parte do Director da UTCAH e de um distinto sociólogo, inseridos na edição do Jornal de Angola de 11/7/07 citando a Rádio Nacional de Angola, manifestam a sua preocupação por eles se revelarem contrários ao pluralismo de ideias e opiniões defendido pela Lei Constitucional, e chamam a atenção para o seguinte:

- O respeito pela lei é uma importante referência para a actuação de todos, sejam organizações da sociedade civil, sejam indivíduos, sejam os órgãos do Estado.
- Críticas à actuação do Governo ou de instituições públicas não devem ser confundidas com posicionamentos em favor de partidos da oposição, do mesmo modo que as parcerias que muitas ONGs têm estabelecido com o Governo ao longo de mais de 15 anos não podem ser vistas como contrárias aos partidos da oposição.
- A monitoria de políticas públicas e a actividade de advocacia social não deveria ser ilegalizada apenas por ser incómoda. A denúncia ou alerta sobre ilegalidades, sejam elas quais forem, deve resultar em investigações

por órgãos judiciais e não pela intimidação ou ilegalização de quem as faz. É na base de investigações desta natureza que se deveria atestar da justeza ou não das alegações feitas por aquelas organizações.

- O Estado deveria ver como aliados todos os cidadãos e organizações que detectam e denunciam actos que vão contra a lei, principalmente quando a ilegalidade for cometida a coberto das instituições públicas. Não é propósito desta carta, analisar situações concretas relativas a demolições, despejos forçados, execuções extrajudiciais ou outras. Queremos apenas realçar que é do interesse do Estado que os cidadãos monitorem estas situações e as denunciem.

- É saudável manter a autonomia das várias organizações e a separação entre a actividade das organizações da sociedade civil e a dos partidos políticos. Isto deve-se aplicar tanto aos partidos da oposição como aos partidos no poder. Por outro lado, deveria ser reconhecido como parte integrante deste processo de democratização, e como um contributo para o fortalecimento da democratização, que a sociedade civil tem um papel importante a desempenhar, do qual o lobby e advocacia junto dos partidos políticos não deveriam ser excluídos.

- É fundamental que a política pública em relação à sociedade civil seja no sentido da promoção do pluralismo e autonomia da sociedade civil. Neste sentido não deveriam ser colocados entraves especiais às organizações da sociedade civil em geral, ou aquelas que se dediquem à advocacia social. Finalmente, apelamos para que se tenham em conta pronunciamentos de sua Excelência o Presidente da República que encorajam a actuação cívica da sociedade civil, como por exemplo, em Maio de 2004, bem como a consulta à mesma sobre as eleições e a Lei Constitucional, numa demonstração inequívoca de respeito pelo seu papel numa sociedade democrática moderna.

## 3.2 Vice ministro defende descentralização administrativa do Kuando Kubango

*Angop...19-07-07*

O vice-ministro do Planeamento, Carlos Alberto Lopes, defendeu quarta-feira, em Menongue, a execução da política de descentralização administrativa, consubstanciada no processo de conferir maior autoridade financeira aos municípios da província do Kuando Kubango.

Em declarações à imprensa, no final de uma visita de dois dias a Menongue, o responsável disse que, sem desprimor de outras regiões do país, o Kuando Kubango tem uma atenção particular, principalmente



por causa da distância da sede capital aos outros municípios.

“A distância de um município ao outro é bastante grande, a título de exemplo, do Menongue ao Mavinga há uma distância de mais de 500 quilómetros, sem destacar outros que ficam distantes da capital a mais de 700 km, pelo que tem que se pensar na aplicação imediata de processo de descentralização administrativa, para conferir maior autonomia, sobretudo financeira”, sublinhou.

Depois de ter visitado algumas obras em curso em Menongue, o vice-ministro salientou que as obras encontram-se todas dentro do prazo previsto, à excepção do processo de construção de 45 casas sociais, repartida em quatro lotes, dois dos quais em processo avançado e outros com problemas ligados ao empreiteiro.

Das potencialidades que o Kuando Kubango dispõe para a implementação do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo 2009-2013, que será implementado em todo o país, Carlos Lopes disse ter constatado com satisfação o engajamento do governo local. De acordo com ele, a par de outros traços que podem concorrer neste plano de médio prazo, a potencialidade diamantífera constitui, se for explorado, uma oportunidade que poderá contribuir para o desenvolvimento da economia do Kuando Kubango, situado a sudeste do país.

A delegação, que hoje termina a sua visita, visitou as obras de construção de alguns empreendimentos em curso na província.

### 3.3 "Há ilegalidade sim senhor!"

*Cruzeiro do Sul...21-07-07*

O modo como a sociedade reagiu à *maka* sobre as ONG revela sobre tudo o grau de manipulação existente não só no meio de comunicação social mas também entre as próprias ONGs e figuras públicas que trocaram e-mails, realizaram reuniões e fizeram abaixo assinados sobre o referido assunto.

A imprensa, todos sabem, necessita, na sua operacionalidade, de uma manipulação necessária. Caso contrário, não haveria espaço de jornal, rádio ou TV que chegasse para tantos assuntos. É natural, também há a outra manipulação, a deliberada e essa é que é condenável. É dessa que padecem alguns jornalistas e grande parte dos ongistas que tomaram posição sobre o assunto. Cria-se sempre entre nós de que só é democrata ou se é equilibrado e sério quem está de acordo com esses ongistas. Quem não pense como eles, tem direito a epítetos, a ser visto como pouco democrata.

A nossa posição sobre o desempenho das ONGs é

clara. Há muitas ONGs que usam o nome dos populares, usam a acção cívica para dividendos político-partidários. Não temos a menor dúvida e até podemos indicar responsáveis de ONGs que são membros da direcção de partidos políticos e/ou aqueles que fazem campanhas abertas pró ou contra partidos políticos. Este é o nosso ponto de partida: há ilegalidades. Uma associação cívica deve perseguir fins políticos orientados para melhorar a democracia, participação dos cidadãos etc etc, o que é diferente do apelo ao voto favorável ou contrário que muita gente faz por palavras expressas ou por acção propagandística. Sendo assim, defendemos que, a haver intenção de corrigir a persistente ilegalidade dessas atitudes, essa acção deve abranger todas as acções que se vejam abrangidas, tanto as que o fazem contra o partido no poder como as que o fazem a favor do partido no poder. A não ser assim, teríamos uma situação de injustiça e de conotações políticas. Se é para fazer cumprir a lei, então que se abranja todos. E mais, defendemos que, a ser levada a cabo essa campanha de reposição legal da actuação das ONGs, só aos tribunais deve caber o direito de ilegalizar, suspender, ou outro procedimento mais radical. Não nos parece "aceitar nesta etapa do nosso país que as administrações municipais, governos provinciais, e/ou ministérios desatem agora a realizar processos administrativos contra associações.

O direito à opinião assiste a qualquer um e é lamentável constatar que, mesmo em círculos supostamente de debate "adulto", ainda vivamos na pequenez da adjectivação ao invés da troca enriquecida de pontos de vista. Os responsáveis destas ONGs e algumas figuras da sociedade civil que se reclamam democratas de primeira água deveriam ter a modéstia de não se armarem em barómetros humanos dos níveis da democracia. É de rir vê-los no ridículo de agir como se a convergência com os seus pontos de vista fosse a balança de avaliação da democracia de indivíduo: "Está de acordo comigo, então é democrata. Não está de acordo, então é um ditador. "

Não há mais paciência para esse tipo de "tipos" que impedem as associações, os nossos debates, as nossas conversas forneçam raciocínios políticos mais maduros, mais aglutinadores, mais ricos e mais positivos, por que participados.

É por isso que ao invés de formarem cidadãos mais participativos e mais conscientes dos seus direitos andam por aí a pregar a exclusão, o ódio, as revoltas e as guerras intestinais. São exactamente esses ongistas radicais que nos levam a pensar que está na hora de separar o trigo do joio e deixar com César o que é de César.

### 3.4 Oposição exige medidas urgentes

*Folha8...21-07-07*

A oposição saudou a medida da criação de uma comissão provincial para analisar o fenómeno religioso na capital, onde existem mais de 800 novas congregações consideradas ilegais, mais acusadas de terem "o apoio tácito do partido no poder, que as utiliza para campanhas de mobilização e comícios. Muitas destas igrejas fazem trabalho sujo do MPLA, nos bairros, explorando as populações em função do alto nível de analfabetismo", disse ao F8, Miguel Constantino.

Para o presidente da bancada parlamentar do PRS, Lindo Bernardo Tito, a proliferação de seitas religiosas constituem um problema social com repercussões negativas, por não primarem pelos valores cristãos, mas os de feitiçaria, protagonizados pelos seus pastores. "Este assunto é sério, muitas destas seitas só passam a vida extorquir dinheiro de forma ilegal dos crentes mais fanáticos.

O presidente do partido Nacional de Salvação de Angola (PNISA), Sikonda Lulendo Alexandre, considera importante o sector do Estado responsável pelo controlo do registo e autorização das igrejas e seitas, assumir as suas responsabilidades, de forma a conter este fenómeno que periga a integridade territorial. "O Governo não pode admitir essa anarquia, deve trabalhar com formações religiosas sérias e legalizadas", comentou, condenando a corrupção, que vem permitindo a proliferação de "muitas destas seitas com proveniência duvidosa". De destacar o facto de à 17.07, o governador provincial de Luanda, Job Capapinha, os ministros da Justiça, Interior e da Cultura, respectivamente, Manuel Aragão, Roberto Monteiro Leal "Ngongo" e Boaventura Cardoso, terem analisado este fenómeno religioso na capital, tendo sido, na altura, reconhecido que a lei consagra o direito de opinião, de consciência e de culto, desde que cumpram o estatuído legalmente, segundo disse, o porta-voz do encontro, Manuel Sebastião, para quem a preocupação das autoridades residir, no actual número que já anda a mais de 800. O caricato é de estarem reconhecidas cerca de 80 igrejas e 12 associações cristãs, mas o grave é a alteração do objecto social de algumas destas entidades, transformadas em centros de comércio e outras actividades especulativas

"A situação é insustentável, porque algumas destas seitas realizam cultos em locais impróprios, constroem de forma anárquica e sem autorização, transformam residências em igrejas, violam a ordem e o sossego dos cidadãos", explicou Manuel Sebastião, também delegado da Cultura.

### 3.5 Mãos Livres pode levar Walipi a tribunal

*Folha8...21-07-07*

A Associação de Juristas e Jornalistas na Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania "Mãos Livres", uma ONG angolana pretende responsabilizar criminalmente, o director nacional da Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTCAH), Pedro Walipi Calenga, pelo facto deste ter proferido acusações consideradas levianas, sobre o desempenho de muitas ONG's nacionais e estrangeiras, que estariam na sua visão a exercer actividade à margem da lei, numa recente declaração (10.07), difundida aos microfones da Rádio Nacional de Angola (RNA).

Segundo o secretário-geral da internacional de que somos uma organização fora da lei", sublinhou. Salvador Freire acrescentou ainda ter faltado a verdade, Pedro Calenda, ao afirmar que as Mãos Livres, não têm certificado de admissibilidade, passado pelo ministério da Justiça, pois o mesmo terá uma cópia no seu próprio gabinete.

"Há já algum tempo quando fomos solicitados por este organismo do Governo para apresentar o referido certificado, eu levei-o pessoalmente ao gabinete do senhor Walipi e dei-lhe a cópia. Lembra-me de termos conversado demoradamente sobre aspectos relacionados com a Mãos Livres, e durante a conversa o homem mostrou-se regozijado sobre as explicações que lhe dei relacionadas com os nossos serviços".

A gravidade das declarações dos Direitos Humanos das Nações Unidas, parece não estar preparado para observar os princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Carta Africana e a sua lei Constitucional. Esta atitude do Governo visa silendar as ONG's e a Mãos Livres, em particular, por ser considerada como alternativa na assistência jurídica a milhares de cidadãos que reclamam a Defesa dos seus Direitos Fundamentais, violados quer pelas instituições públicas e/ou privadas, tal como aconteceu com a associação cívica de Cabinda, a Mpalabanda, "Se calhar, o que o Governo pretende é o mesmo o que fez com a Mpalabanda em Cabinda, Primeiro começou por considerá-la uma organização tnbalista, que defendia a independência do enclave, detido activistas cívicos e por fim extinguiu-a sem quaisquer explicações plausíveis, o que em si já constitui uma violação à lei", sentenciou. O responsável, adiantou que a associação desde a sua fundação há cinco anos, tem presença activa nas províncias do Bengo, Benguela, Cabinda, Kwanza Sul, Huambo, Malanje e Huíla (coordenando as províncias do Cunene e Namíbe), prestando serviços de interesse público aos cidadãos nacionais e

estrangeiros, consubstanciado na promoção da legislação vigente com vista a que todo o indivíduo conheça os seus direitos e deveres, e o Estado respeite os direitos humanos e a dignidade do homem angolano.

### 3.6 Medo, diplomacia e tomadas de posição

*Cruseiro do Sul...21-07-07*

Medo, receio excessivo, cautela exagerada, seja o que for que lhe queiramos chamar, parece-me ser um dos problemas chave que a nossa sociedade tem de enfrentar. Ele é uma forte raiz de outros problemas como, por exemplo, a impunidade ou o generalizado fraco respeito pela lei. Problemas esses que são terrivelmente amplificados quando o medo se associa ao esvaziamento das instituições. Ou ao fraco uso delas, moderando o tom, numa tentativa de ser mais justo (e também mais cauteloso).

Nestas notas, meio à laia de desabafo e de auto-terapia, quero tratar do que se passou em torno das hesitações no seio da sociedade civil para se tomar uma posição pública sobre a famosa "actividade ilegal das ONGs". Importante reter que as hesitações que me interessam aqui, não são aquelas em torno do que devia ou não ser dito, mas sim em torno de se tomar ou não uma posição pública, quando tomar, através de que processo de decisão, etc.

Quando falo em auto-terapia refiro-me a ajudar-me a mim próprio a lidar com alguns dos meus próprios medos e das minhas frustrações em relação ao pouco que por vezes conseguimos através das instituições.

Comecemos pelos medos. De que medo(s) estou eu a falar? Não do medo de levar um tiro ou de ir parar à prisão! Estou a falar de outro tipo de medo (talvez medo não seja sequer a palavra adequada) muito mais pernicioso por ser fácil sermos por ele afectados sem disso nos apercebermos. Trata-se do medo de sermos tomados por "traidores" pelos nossos companheiros - seja qual for o campo em de que estejamos -, afectarmos irremediavelmente as nossas carreiras e as chances de termos acesso a oportunidades económicas, medo de sermos mal interpretados ou até de expor as nossas fraquezas (em termos de ideias, claro). Quase todos nós sentimos num momento ou noutro que as nossas opiniões podem ter consequências negativas para nós e o nosso futuro. Correção: todos nos permitimos exprimir praticamente qualquer opinião, sem ter receio das consequências, desde que isso não seja feito de forma demasiado pública.

Acredito sinceramente que esta é uma das armadilhas de que temos todos de nos libertar como cidadãos, como empresários, como membros de partidos

políticos, etc. São para mim estimulantes pronunciamentos corajosos que oiço e leio, de pessoas de várias linhas de pensamento e de várias formações políticas. Mas, isso tem de ser constantemente estimulado. Infelizmente, a "nossa "sociedade civil" é ainda pobre no que toca à coragem de pensar, de debater e de exprimir. E não estou apenas a falar dos erros que muitas vezes podemos identificar na forma como os interesses do estado de todos nos são conduzidos. Estou também a falar de discutirmos, e agirmos, em relação aos erros equivalentes que muitas vezes se cometem também entre nós. Corrupção, abuso de poder, desvirtuamento das instituições, etc. (...)

Falemos, pois, das instituições. Estou a usar o termo no sentido de organizações com um papel estruturante da sociedade. É evidente que as instituições do Estado são fundamentais mas o que me interessa aqui realçar são as da sociedade civil. Se as plataformas da sociedade civil como, por exemplo, o FONGA não forem capazes de ser veículos de defesa da sociedade civil. Se não forem capazes de funcionar como instrumentos de articulação de interesses e valores de uma parte importante da sociedade, perdem grande parte da sua relevância, ligado ao que quero dizer aqui está não só a capacidade de funcionar como articuladores de interesses e valores mas também de funcionar dentro de normas que reflectam tais valores e interesses. Se não conseguirmos realizar assembleias que legitimem mandatos, se não conseguirmos prestar contas rigorosamente, se não conseguirmos realizar o nosso mandato, estamos ao contribuir para um ambiente com instituições de faz-de-conta de que falava acima. Não quero terminar deixando a impressão que devemos ser rápidos a apontar o dedo. É frequente colocarmos as culpas nas lideranças, nos secretariados, nos executivos. Eu estou dolorosamente consciente que temos todos de partilhar a responsabilidade em relação a este esvaziamento institucional que é tão comum entre nós. Mais do que culpas, esta nossa forma de (não) fazermos reflecte o nível de desenvolvimento em que estamos como sociedade.

### 3.7 Ainda as ONGs e o estado

*Cruseiro do Sul...21-07-07*

Gostemos ou não, as ONGs têm assumido em Angola, desde o início dos anos 90, o segmento mais dinâmico da sociedade civil angolana. Infelizmente, é negativa a percepção que têm delas muitos sectores da sociedade, alimentada pela maioria dos órgãos de comunicação social e por alguns prestigiados intelectuais que se afastam, cada vez mais e de forma preocupante, das causas justas que defenderam noutros tempos como a

cidadania, a exclusão social, a desigualdade, a justiça social e a opressão. Tais sectores vêm nessas organizações vazadouros de dinheiros públicos oriundos de países ricos para ajudarem a "aliviar" a pobreza e que são utilizados em salários e outros gastos – frequentemente supérfluos – que fazem sobreviver as próprias ONGs.

Se é verdade que isso acontece muitas vezes, é muito injusto que se faça uma generalização abusiva e, mais ainda, que se esqueça o papel importante que muitas delas, nacionais e estrangeiras, jogaram no período mais difícil da crise humanitária que afligiu o País, e ainda têm jogado como prestadores de serviços aos cidadãos e a ajudar as pessoas mais pobres e excluídas a construir a sua cidadania e a criarem as suas próprias organizações, a facilitar o diálogo entre elas e as instituições do Estado, principalmente a nível local. Actualmente, uma das experiências que está a mudar a vida das comunidades pobres e excluídas, a fomentar o diálogo e a cidadania, são os fóruns e conselhos de audição e concertação que funcionam a nível local e que são um esforço conjunto de instituições públicas e de várias ONGs. Infelizmente, os órgãos de comunicação social não divulgam tais processos e os académicos e os intelectuais (no sentido de fazedores de opinião) não têm conhecimento de tais realizações, o que, no mínimo, se revela preocupante.

No cumprimento deste papel cívico, é natural que as ONGs se confrontem, mais cedo ou mais tarde, com dificuldades de delimitar as fronteiras entre a política partidária e as políticas públicas. Num País como o nosso, em que a cidadania foi forjada em paralelo com as lutas pela independência, essa dificuldade é ainda maior. Além disso, nós, que usamos a língua portuguesa, não temos a sorte dos anglo-saxónicos, que separam bem a fronteira entre "politics" (política partidária) e "policy" (política pública). É natural, pois, que, na sua actuação, as instituições públicas e algumas ONGs sintam dificuldades em estabelecer tal distinção, e daí a ideia absurda de que as ONGs, que são chamadas a ajudar a resolver os problemas dos cidadãos, não podem contribuir para a defesa dos direitos desses mesmos cidadãos e para a definição de políticas públicas.

Por outro lado, as ONGs ganharam protagonismo numa altura em que as instituições do Estado estiveram extremamente fragilizadas e não cumpriam as funções mais elementares de prestação de serviços dos cidadãos, de definição de políticas públicas, de zeladoras do cumprimento das leis. Em muitas circunstâncias, as Administrações Locais do Estado apoiaram-se em ONGs para desempenharem tais funções. (...)

Estas recomendações para a sociedade civil poderiam, com as adequadas adaptações, ser en-dereçadas

também às instituições públicas e acrescentaria ainda que as instituições públicas necessitam de ser mais transparentes e abertas ao pluralismo, menos autoritárias, controladoras e sectárias, e devem aprender a trabalhar num ambiente de diversidade política e social.

No princípio dos anos 90 fiz uma opção na minha vida política e cívica e procuro manter-me fiel a ela. Defendo, desde essa altura, parafraseando o poeta espanhol António Machado, que não há caminho pré-definido para a marcha da democracia, do desenvolvimento e de uma sociedade mais justa, mas que o caminho se faz a caminhar. Nos últimos tempos, tenho acrescentado a este lema outro, recorrendo à língua kicongo, *malembe malembe*, que significa, em tradução livre, devagar e bem. Estas são duas referências para um desenvolvimento democraticamente sustentável, isto é, que procure aliar a modernização do País e a melhoria das condições de vida dos cidadãos à participação democrática e ao respeito pelos valores culturais. Estado e sociedade civil devem entender que cada um tem o seu papel na construção dessa caminhada.

A ideia de vanguardismo aplicado à sociedade civil parece-me tão errada como quando ela é aplicada à vida político-partidária. Temos todos, infelizmente, muito maus exemplos do que representaram e representam as vanguardas organizacionais e os líderes iluminados, os "chefes" de quem tudo depende e a quem todos os cidadãos devem tudo, incluindo a água potável, a escola, ou o centro de saúde. Ninguém, na sociedade civil, e muito menos nas ONGs, pode pretender representar a sociedade no seu todo, mas apenas pequenos segmentos dela. Mas todos devem ter o direito de exigir que os direitos dos cidadãos consagrados na Lei Constitucional sejam assegurados, incluindo pelos poderes públicos.

### 3.8 Revisão do OGE eleva previsão do défice

*Semanario Angolense...28-07-07*

A revisão do OGE/2007 adoptada pelo Governo na quarta-feira, 25, para ser discutida no parlamento em Agosto, estabelece uma elevação da previsão do défice orçamental de nove por cento, segundo anunciou o ministro das Finanças, José Pedra de Moraes, citado pela imprensa no mesmo dia em que a decisão foi votada no Conselho de Ministros.

De uma previsão inicial de gastos e receitas de algo mais do que 2.5 triliões de kwanzas, o OGE/2007 passou a ficar cifrado em apenas 2.3 triliões. As receitas fiscais cifram-se em Kz 1.595,2 biliões, menos cinco por cento que no OGE inicial, em consequência de uma

redução dos impostos petrolíferos, enquanto as despesas fiscais, excluindo a amortização da dívida, se elevam a Kz 1.985,7 bilhões, mais 8,6 por cento, como resultado do crescimento das despesas de capital em 27,3 por cento.

José Pedra de Morais explicou que a revisão visa ajustar o orçamento às novas condições macro-económicas, configuradas por uma apreciação do Kwanza e por uma revisão em baixa da produção petrolífera nacional até ao fim do ano. Nos seus novos números, o OGE/2007 destina 31 por cento dos gastos ao sector social, contra 28 por cento no OGE inicial; e 24 por cento ao sector económico, contra apenas 14 por cento na previsão aprovada no princípio do ano.

Os números dizem, além do mais, que o país abrandará os desembolsos para a regularização da dívida ao longo dos próximos meses, destinando aos encargos financeiros, referentes aos juros sobre os empréstimos obtidos, apenas 13 por cento do total da despesa, contra os 22 por cento inicialmente previstos.

Documentos da reunião em que a revisão orçamental foi adoptada evidenciam também uma revisão em baixa do crescimento anual do PIB, que de uma previsão inicial de 31,2 por cento, passa a um nível de apenas 19,8 por cento.

Tal é explicado como sendo fruto de uma evolução mais branda do sector petrolífero, que aos invés dos 33,6 por cento esperados, apenas deve crescer 13,6 por cento, embora se mantenham as expectativas relativas ao sector não petrolífero, que deve assinalar um crescimento de 27,9 por cento.

### 3.9 OGE revisto vai ao Parlamento em Agosto

*Agora...28-07-07*

Só resta saber se os ministérios terão condições reunidas para implementar os programas inseridos no PIP até ao final do ano

A 7ª sessão ordinária do Conselho de Ministros aprovou esta quarta-feira a proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado avaliado em 2,3 trilhões de Kwanzas, em execução desde o início do ano. O OGE inicial compreendia um montante em receitas e despesas estimadas em 2.503.888.060.119.00 kwanzas.

O Governo prevê um crescimento do PIB na ordem dos 19%, uma percentagem inferior às estimativas iniciais então fixadas em 31%, fruto do crescimento mais branda do sector petrolífero que está em 13% contra os 33% inicialmente projectados.

Segundo o órgão colegial do Executivo, o crescimento do sector não petrolífero mantém-se ao nível previsto de 27%. Enquanto isso, as receitas fiscais deverão

ascender a 1.595 bilhões de kwanzas, o que representa uma redução de 5% relativamente ao OGE inicial. Ao mesmo tempo, as despesas fiscais, excluindo a amortização da dívida, estarão fixadas em 1.985 bilhões de kwanzas.

Para o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, as razões da revisão do orçamento deveram-se à necessidade de ajustá-lo às novas condições macro-económicas e à apreciação da moeda nacional em Maio último.

O sector social continua a ser o principal beneficiário desta reavaliação já que, do orçamento inicial que previa despesas de 28% neste passou para 31 %. Segundo o titular das Finanças, o sector económico também sai a ganhar com um incremento percentual de 24% do total das despesas que consagram as estradas, energia eléctrica e água. No orçamento inicial a fatia para este sector era de apenas 14%.

a governante revelou ainda que os encargos financeiros, nomeadamente juros que o Governo tem de pagar pelos empréstimos que contrai, passaram de 22%, no orçamento inicial, para 13% no revisto. Não há défice de recursos financeiros no OGE revistos, considerando que "é totalmente financiado por fontes internas" com recurso à banca local.

Este orçamento que sobe à Assembleia Nacional no próximo dia 8 de Agosto é "bastante generoso em termos de incorporação de toda a despesa que os sectores reputam como importantes e necessário para a reconstrução", indicou Pedro de Morais, para quem "o principal problema é saber se os ministérios têm todas as condições reunidas para implementar os programas inscritos no PIP até ao final do ano".

### 3.10 "Exigem muitas ilegalidades, sim senhor"

*Folha8...28-07-07*

A vida é um processo que deve significar evolução, desenvolvimento, progresso, melhoria das suas condições à medida que o tempo passa. Quando isto não acontece não estamos a viver, não estamos a progredir mas sim a regredir. O homem, dentre todos os animais existentes no planeta Terra é acima de tudo um ser social, dotado daquilo que poderíamos considerar como algo superior a muitos outros animais, uma capacidade de raciocinar mais desenvolvida que a dos restantes animais. E é precisamente esta faculdade que lhe permite não só discernir entre o bem e o mal, mas também ser propenso a praticar o bem e o mal. Vezes há que boas ou más acções são praticadas involuntariamente, porém regra geral elas são realizadas propositadamente e com plena consciência do praticante. As sociedades devido à sua pluralidade

"cada cabeça, sua sentença" encontraram através de consensos denominadores comuns, códigos de conduta ou leis para servirem de balizas que podem e definem o comportamento das pessoas num determinado espaço territorial. Estas balizas hoje em dia são de uma forma geral as leis que regem a vida dos cidadãos num estado de acordo com as suas diversidades culturais e tradicionais.

Os pronunciamentos sobre o papel das ONGs nacionais e estrangeiras em Angola iniciados pelo director da UTCAH originaram uma chuva de reacções por parte de vários sectores e actores na sociedade angolana. Algumas destas reacções demonstram uma grande ignorância ou desconhecimento das reais actividades das ONGs e do impacto resultante das mesmas actividades. Por outro lado, também é notório o desconhecimento das leis vigentes no nosso país, em especial a Lei Constitucional angolana. Esta Lei que poderia considerar-se como a "Bíblia dos cidadãos", e que define em linhas gerais as balizas e os direitos e deveres das pessoas, regulamenta as atribuições e obrigações dos governantes assim como a utilização do espaço territorial e todos os seus recursos. Como um Estado é constituído pelo trinómio "Território, Governo e Cidadãos" é dever de todo o cidadão conhecer a Lei Constitucional que rege o seu Estado. À guisa de apresentação eis alguns dos artigos da Lei Constitucional angolana para os que não os conhecem e fazer lembrá-los aos que já os conhecem.

ART. 18 1 - Todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, ideologia, grau de instrução, condição económica social

Art. 20 O Estado respeita e protege a pessoa e dignidade humanas. Todo o cidadão tem direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, dentro do respeito devido aos direitos dos outros cidadãos e aos superiores interesses da Nação angolana. A Lei protege a vida, a liberdade, a integridade pessoal, o bom nome e a reputação de cada cidadão.

Art. 21 1- Os direitos fundamentais expressos na presente Lei não excluem outros decorrentes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional. 2 - As normas constitucionais e legais relativas aos direitos fundamentais devem ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos e dos demais instrumentos internacionais de que Angola seja parte.

Art. 22 1 - O Estado respeita e protege a vida da pessoa humana. Art.23 Nenhum cidadão pode ser submetido a tortura nem a outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes.

Art.24 1 - Todos os cidadãos têm o direito de viver

num meio ambiente sadio e não poluído.

Art.25 1 - Qualquer cidadão pode livremente movimentar-se e permanecer em qualquer parte do território nacional, não podendo ser impedido de o fazer por razões políticas ou de outra natureza, excepto nos casos previstos no artigo 52º da presente Lei, e quando para a protecção dos interesses económicos da Nação a Lei determine restrições ao acesso e permanência de cidadãos em zona de reserva e produção mineira. 2 Todos os cidadãos são livres de sair e entrar no território nacional, sem prejuízo das limitações decorrentes do cumprimento de deveres legais.

Art. 28 1 - Todos os cidadãos, maiores de dezoito anos, com excepção dos legalmente privados dos direitos políticos e civis, têm o direito e o dever de participar activamente na vida pública, votando e sendo eleitos para qualquer órgão do Estado, e desempenhando os seus mandatos com inteira devoção à causa da Nação angolana. 2 - Nenhum cidadão pode ser prejudicado no seu emprego, na sua educação, na sua colocação, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, devido ao desempenho de cargos políticos ou do exercício de direitos políticos. 3 - A lei estabelece as limitações respeitantes à isenção partidária dos militares no serviço activo, dos magistrados e das forças policiais, bem como o regime da capacidade eleitoral passiva dos militares no serviço activo e das forças policiais.

Art. 29 1 - A família, núcleo fundamental da organização da sociedade, é objecto de protecção do Estado, quer se fundamente em casamento, quer em união de facto.

Art. 30 1 - As crianças constituem absoluta prioridade, pelo que gozam de especial protecção da família, do Estado e da sociedade com vista ao seu desenvolvimento integral.

2 - O Estado deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade das crianças e dos jovens e a criação de condições para a sua integração e participação na vida activa da sociedade.

Art. 31 O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens e a criação de condições para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais da juventude, nomeadamente, no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao primeiro emprego, no trabalho, na segurança social, na educação física, no desporto e no aproveitamento dos tempos livres.

Art. 32 1 - São garantidas as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação, de associação, e de todas as demais formas de expressão.

Art. 35 1 - É garantida a liberdade de imprensa não podendo esta ser sujeita a qualquer censura,

nomeadamente de natureza política, ideológica e artística.

Art. 36 1 - São garantidas as liberdades de expressão, de reunião, de manifestação, de associação, e de todas as demais formas de expressão. 2 - O Estado providencia para que a justiça não seja denegada por insuficiência de meios económicos.

Art. 38 Todo o cidadão sujeito à prisão preventiva deve ser conduzido perante o magistrado competente para a legalização da prisão e ser julgado nos prazos previstos na lei ou libertado.

Art. 40 Todo cidadão preso tem o direito de receber visitas de membros da sua família e amigos e çle com eles se corresponder, sem prejuízo das condições e restrições previstas na lei.

Art. 43 Os cidadãos têm o direito de impugnar e de recorrer aos tribunais, contra todos os actos que violem os seus direitos estabelecidos na presente Lei Constitucional e demais legislação.

Art. 44 O Estado garante a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência, com os limites especialmente previstos na lei.

Art. 46 1 - O trabalho é um direito e um dever para todos os cidadãos. 2 - Todo o trabalhador tem direito à justa remuneração, a descanso, a férias, a protecção, higiene e segurança no trabalho, nos termos da lei. 3 - Os cidadãos têm direito à livre escolha e exercício da profissão, salvo os requisitos estabelecidos por lei.

Art. 47 1 - O Estado promove as medidas necessárias para assegurar aos cidadãos o direito à assistência médica e sanitária, bem como o direito à assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho.

Art. 48 Os combatentes da luta de libertação nacional que ficaram diminuídos na sua capacidade assim como os filhos menores dos cidadãos que morreram na guerra, deficientes físicos e psíquicos em consequência da guerra, gozam de protecção especial, a definir por lei.

Os deveres do cidadão são os direitos do Estado assim como os direitos do cidadão representam o dever do Estado perante o mesmo.

As ONGs que promovem os direitos humanos, tentam divulgar os direitos dos cidadãos consagrados na nossa Lei Constitucional e nas demais leis universais. As democracias só podem funcionar quanto mais os cidadãos conhecerem as leis; governantes e governados devem conhecer e cumprir com o estipulado na lei. É absolutamente importante que todos conheçam a lei para que os direitos dos cidadãos e do Estado sejam respeitados e os deveres por ambos cumpridos.

### 3.11 «A religião islâmica não é uma seita»?

*A Capital...28-07-07*

David Alberto Já considerou que a intenção do Governo de estancar a cogumelização de seitas no país é acolhedora, tendo em conta que o Estado é soberano. Convidado a falar sobre o assunto e em alusão ao islamismo em Angola, David Já sublinhou que não teme nada em relação a isso, pois, que «a religião islâmica não é seita». Para ele, alvos de qualquer decisão do Estado no sentido da proibição devem ser «essas seitas (igrejas) que se reúnem em famílias e rezam em palhotas, tirando o sossego à sociedade».

Apesar de a religião islâmica ser uma das muitas a que as autoridades do país não concedem liberdade de culto, David Já afasta a possibilidade de a religião islâmica ser misturada no contexto das demais igrejas imergentes, porque a religião muçulmana é universal a par do judaísmo e do cristianismo. Segundo ele, pouco mais de dois bilhões de pessoas no mundo professam o Islão.

"Portanto, o Governo não pode estancá-la, deve sim encontrar um enquadramento jurídico para o efeito. Em todos os países encontramos a religião islâmica. Angola é o único país que ainda não reconheceu o Islão. Angola está no contexto das nações do mundo, portanto, seria oportuno o Governo autorizar", augura. Disse que por detrás da demora da legalização do Islamismo em Angola está o facto de, no momento exacto, não terem reunido todos os pressupostos legais exigidos, que, entretanto, agora já foram remetidos ao Governo.

"Estamos ansiosos, e esperamos que o Estado saberá estudar e encontrará um espaço para a legalização da religião islâmica em Angola", destacou. A luta pela legalização data desde o ano 2004. Socorrendo-se da lei 02/04 que, segundo ele, estabelece que a liberdade de culto é lícita e facultativa e que o culto tem que ser feito em templos, David Já minimiza e sublinha que nesse aspecto o Islão é incomparável.

"Nós temos templos. Nenhum muçulmano cá, reza ao relento. Temos lugares próprios. Não vemos, obviamente, necessidade de o Governo excluir o reconhecimento da nossa religião", reiterou.

A maioria da população muçulmana em Angola é constituída por estrangeiros presentes no nosso país por motivos de negócios. Quanto à adesão de angolanos à esta religião, David Já adiantou que não existe um senso definitivo, mas, já os há. Só em Luanda, afirmou, os números rondam os 60 mil muçulmanos espalhados em nove municípios e a rezarem em número igual de mesquitas.

"O crente, o ser humano é livre de escolher a sua confissão religiosa. Eu sou angolano, sou livre de poder escolher uma religião budista. O Estado não me pode impedir de escolher esta religião. Tenho esse direito",

fez saber ainda, destacando que os angolanos têm-se mostrado sensíveis à religião islâmica, pois, os seus princípios doutrinários não ofendem a cultura do povo angolano. "Eu sou angolano e não vi nenhum mal que ofendesse a minha identidade cultural. A religião islâmica é mais próxima da cultura africana. A cultura africana, na sua génese, é faraónica. Por exemplo, o Egipto tem 80 milhões de habitantes, dos quais, 10 milhões são cristãos. Para ver que a religião islâmica é boa e tem bons princípios".

### 3.12 A maka das igrejas seitas e congregações..."ilegais"

*Cruzeiro do Sul...28-07-07*

A Problemática da proliferação das igrejas e de seitas religiosas no País deixou de ser um fenómeno, se atendermos ao significado literal que conhecemos do termo. Igrejas, seitas religiosas, congregações religiosas, templos (esta questão das terminologias são outros quejandos que não interessam por oral deixaram de constituir estranheza. Temo-las cá aos pontapés. De todos os feitos e gostos.

Das enormíssimas estruturas às minúsculas congregações. Das tradicionais ocidentais católicas e protestantes às africanas metodistas e tocoístas, passando pelas "atípicas" Sopro Novo, Monte Carmelo, etc. Atípicas porque, no rol de todas as inquietações que se levantam em torno das mesmas, na maioria dos casos, não se conhecem as suas origens. É, em última análise, neste particular, em que se centra o busílis da questão, apesar das várias nuances que, obviamente, podem ocorrer em função da perspectiva com que olhamos para o problema.

Quanto a nós, mais do que pretender vasculhar responsabilidades, a proliferação desordenada a que vimos assistindo de manifestações religiosas clamavam, faz tempo, por uma resposta à altura das autoridades competentes. Sobretudo, se olharmos para as implicações decorrentes deste problema à razão dos pretensos fins económicos que perseguem os mentores das ditas seitas. Este é, de resto, um problema que não se levanta aqui, já que é merecedor doutro espaço que tivesse em conta também as razões políticas, sociais e, sobretudo, culturais.

A nossa preocupação direcciona-se, em termos precisos, a questões mais próximas à sensibilidade dos cidadãos que são vítimas de certos rituais pretensamente religiosos, em nome de profecias duvidosas, que atentam contra os direitos humanos. É em função disso que achamos que o Estado deveria assumir as suas responsabilidades em defesa dos direitos dos seus cidadãos, à luz dos princípios de liberdade de expressão ideológica que norteiam a

Constituição angolana. Se hoje se fala de uma comissão intersectorial criada para tratar deste problema em Luanda é, apesar de tardia, uma atitude digna de vénia. Entretanto, quanto a nós, era imprescindível que o problema fosse analisado na perspectiva mais abrangente possível.

Todas as províncias tinham de ser tidas e achadas, já que, peremptoriamente, se o problema for atacado apenas em Luanda, convenhamos, nada se vai resolver, porque é de conhecimento público que a maioria destas seitas está espalha pelo país adentro. Se nos responderem que este problema é de responsabilidade do governo de Luanda, a nossa réplica dirá então que os outros governos provinciais devem seguir o gesto do executivo de Capapinha. E depressa! Ao menos que alguns dos decisores públicos não tenham consciência da imensidão do problema. Se for o caso, convidamos a lerem as quatro páginas que o Cruzeiro do Sul dedica a este assunto, nesta semana, para que se apercebam que nossos compatriotas são amaldiçoados em sessões públicas, por algum dia se terem atrevido a escutar uma música romântica na presença dos pais. Outros são expulsos de casa pelos próprios progenitores por terem assistido a uma novela qualquer brasileira. Tudo isto por orientações um pastor em cuja casa há Internet, televisão por satélite que entretêm os filhos. É isto, meus senhores, a que se deve dar um basta. E já ...



## 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

### 4.1 A "casca de banana" para Virgílio Fontes Pereira?

*Angolense...07-07-07*

Na última reunião do Conselho da República, o Presidente José Eduardo dos Santos, decidiu fixar uma data indicativa para a realização das eleições legislativas e presidenciais, para 2008 e 2009, respectivamente.

Embora não seja uma data definitiva, políticos e sociedade civil aguardam com ansiedade pela realização do escrutínio. Diga-se de passagem, há 15 anos que os cidadãos não escolhem os seus dirigentes.

Para aumentar ainda mais a ansiedade dos políticos, o ministro da Administração do Território e também Coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, Virgílio de Fontes Pereira, reiterou a posição de JES em relação ao prazo para a realização das eleições.

VFP afirmou recentemente que, as datas indicativas não serão alteradas, o que faz crescer ainda mais as expectativas. Para contrariar a posição de JES e de VFP, fonte do Angolense avançou que os angolanos só irão às urnas em 2010, e não em 2008 como está previsto. Avançou mesmo que o Coordenador da CIPE pode "derrapar" neste processo, pois, tem diante de si uma "casca de banana" colocada à sua frente pelo "Chefe". O facto tem a ver com o registo eleitoral que, segundo ainda a fonte, poderá ser prolongado até Dezembro, uma vez que está difícil atingirem-se as cifras desejadas.

Por isso, aventa a hipótese de as datas indicativas não serem cumpridas, pelo que as culpas deverão recair sobre as costas de "Gigi". Por outro lado, recordou que é prática de JES dar o dito pelo não dito. A título de exemplo, recordou o caso de João Lourenço, antigo Secretário-geral do MPLA, que acabou afastado no último congresso. Segundo se diz, por ter admitido que o "Chefe" não recuará na sua decisão de não concorrer à presidência da República em representação do MPLA, nas próximas eleições.

O mesmo cenário é o que se espera para Virgílio de Fontes Pereira, fazendo ainda fé na nossa fonte.

### 4.2 OADEC promove seminário para activistas de educação cívica e direitos humanos

*Angop...20-07-07*

Cinquenta pessoas participam de hoje a sábado, na cidade do Uíge, num seminário de formação e capacitação dos promotores da educação cívica e direitos humanos, promovido pela Organização da Ajuda ao Desenvolvimento Comunitário (OADEC). Durante a acção formativa que está a ser orientada pelo secretário-geral da OADEC, Domingos Garcia Pedro, vão ser ministradas matérias como conceitos de educação cívica e direitos humanos, relação entre educação cívica e direitos humanos, direitos humanos e Estado de direito, assim como direitos económicos, sociais e culturais.

O papel das administrações locais, a lei dos estrangeiros e nacionalidade adquirida e protecção especial dos grupos vulneráveis são, dentre outros, aspectos a serem abordados durante os três dias.

A actividade vai abranger alguns municípios da província.

### 4.3 Ainda não existem pesquisas nem sondagem creíveis

*Agora...21-07-07*

O número de eleitores registados para o escrutínio legislativo do próximo ano poderá ultrapassar os sete milhões, segundo admitiu um experiente técnico que esteve envolvido no pleito eleitoral de 1992.

Rondando os 16 milhões a actual população, calcula-se que poderão votar 48 por cento desse total, contra os cerca de cinco milhões que comparecem nas urnas no plebiscito realizado há 16 anos, levando aqui em conta as eleições de 2008.

Em 1992, de acordo com o que a fonte revelou ao AGORA, a abstenção foi calculada em sete por cento, existindo, porém, quem admita que ela pode subir 10 pontos percentuais no próximo ano. "Nem ligo a estas previsões de uma abstenção de 17 por cento", retorquiu o nosso interlocutor, ironizando através destes termos muito originais: "Angola é o país do mundo com o maior número de 'achistas'. Eu acho isto, acho aquilo. Isso traduz, realmente, a mentalidade das pessoas com as quais se fala regularmente", ficando a nu que o "'achista' não possui nenhuma consistência científica". E insiste: "Os 'achistas' não sabem coisa nenhuma. Não têm base mas pensam que sabem tudo. É a nova classe que apareceu no país. E isso é um factor de atraso, de desenvolvimento intelectual".

Demasiado cáustico, este especialista em pesquisas demo gráficas sustenta que "as pesquisas ou as sondagens feitas até aqui não dão uma amostragem

nem um grau de significância", uma vez que não levam em conta "a idade, o grau de habilitações nem o sexo". No que respeita, por exemplo, à idade, foi-nos revelado que a pirâmide populacional é muito jovem e que metade dos angolanos tem 15 anos, a chamada "idade mediana".

Calculada a sua população em cinco milhões de habitantes, Luanda poderá ter um peso eleitoral de um terço que atingiria os 30 por cento. A capital do país é uma espécie de vasos comunicantes com migrações populacionais provenientes sobretudo do Kwanza-Norte, Uíge, Malange, Benguela e Huambo.

Além de considerar emolado o número de 16 milhões de angolanos "não chega lá", a nossa fonte admitiu que o número de eleitores a registar até Setembro pode atingir os sete milhões e 500 mil.

Voltando à questão da abstenção que, por via de regra, penalizada mais os partidos de maior peso político, convém ter em conta que ela ocorre a dois níveis, isto é, a abstenção do registo e a do voto.

Para as próximas eleições deve-se equilibrar a margem de erro, dado que, por exemplo, Luanda possuía em 1983 cerca de 993 mil habitantes e, hoje, especula-se que terá cerca de seis vezes mais.

Como o AGORA revelou em tempo oportuno, as eleições deverão ocorrer entre Agosto e Setembro de 2008, dado que apenas podem realizar-se no tempo seco.

#### 4.4 Adesão ao censo satisfaz Rede Eleitoral

*Jornal de Angola...25-07-07*

O coordenador provincial da Rede Eleitoral no cunene, Júlio Manuel Zamby, considerou positiva a adesão da população aos postos de Registo Eleitoral na região. Em declarações à Angop, terça-feira, em Ondjiva, o responsável disse que este facto deve-se ao bom trabalho de sensibilização levado a cabo pela sociedade civil, igrejas, partidos políticos e autotidades tradicionais.

Apesar disso, apelou os agentes de mobilização a intensificarem a campanha para convencerem aqueles que ainda não efectuaram o registo a o fazerem nesta fase de prolongamento do processo. A Rede Eleitoral tem trabalhado a nível dos municípios de Kwanyama, Ombandja, Namáede e Kaham na sensibilização das populações para o registo Eleitoral

#### 4.5 Pedido maior engajamento da sociedade no Processo

*Jornal de Angola...25-07-07*

O presidente da Comissão Provincial Eleitoral (CPE)

no Huambo, Adriano Jacinto Calembé, pediu maior envolvimento das forças vivas da sociedade de forma a contribuir para o êxito do processo eleitoral, que o país irá realizar no próximo ano.

Para ele, o fortalecimento das boas relações institucionais, entre as organizações da sociedade civil, igrejas é o, órgão que dirige, permitirão criar na população em idade eleitoral uma conduta cívica, moral e patriótica, respeitando as regras de sã convivência incluídas no Pacote Legislativo Eleitoral.

Adriano Calembé, que fez tais declarações segunda-feira, no acto de abertura do seminário sobre o Pacote Legislativo Eleitoral, reconheceu, por outro lado, que a realização de sessões formativas do género permitem uma maior compreensão das distintas fases e operações do processo eleitoral.

"O processo eleitoral, decorrente no país, é caracterizado por várias fases e operações, cujo domínio e consequente materialização devem ser de conhecimento público e em especial daqueles que estão inseridos nas comunidades e que são garantes da imparcialidade e transparência de todo o processo", sublinhou.

Até sexta-feira, altura em que se prevê o encerramento do seminário, os participantes serão informados sobre as leis da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral e da Observação Eleitoral.

Temas como o Código de Conduta Eleitoral, regulamento da Lei Eleitoral, estrutura orgânica do Registo Eleitoral e regulamento da Lei do Registo Eleitoral preenchem a agenda de trabalho.

#### 4.6 Camponeses exortados a aderir ao registo

*Jornal de Angola...26-07-07*

O vice-presidente da UNACA-Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias, Albano da Silva Lussaty, exortou terça-feira, na cidade 90 Huambo, os seus representantes e as autoridades tradicionais locais a sensibilizarem os camponeses para aderirem aos postos de registo eleitoral.

O apelo foi feito na cerimónia de encerramento da segunda assembleia provincial de balanço da sua organização que, entre outros assuntos, elegeu os delegados à assembleia geral, a realizar-se dia 6 de Agosto do corrente ano em Luanda.

O responsável considera ser importante, os coordenadores e as autoridades tradicionais de todos os municípios da província do Huambo, ajudarem o Governo na sensibilização da população sobre o registo eleitoral para posteriormente poderem exercer o seu direito de voto.

Albano Lussaty enalteceu os esforços do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em orientar o Governo a prestar todo o apoio aos camponeses, no sentido de combater a fome e a pobreza no seio das comunidades rurais.

Catorze cooperativas agrícolas da província do Huambo beneficiaram este ano de um crédito do Banco Sol, avaliado em 47 mil e 300 dólares.

Actualmente, a Unaca controla na província do Huambo 9,5 cooperativas agro-pecuárias com 22 mil 733 cooperadores, bem como 625 associações de camponeses com 91 mil 508 associados.

## 4.7 Angolanos no exterior reivindicam

*Semanario Angolense...28-07-07*

Angolanos residentes no exterior continuam a reivindicar o direito de voto nas próximas eleições a terem lugar no país, não obstante o Governo já ter, liminarmente, afastado tal hipótese. Em carta que pretendem remeter em breve à Missão Consular de Angola em Portugal e ao Ministério das Relações Exteriores, e a cujo teor o nosso jornal teve acesso, estes compatriotas na diáspora solicitam ao Governo angolano uma «justificação oficial da sua exclusão do processo eleitoral».

Eles reiteram que esta exclusão é o mesmo que serem arredados de participar no processo de reconstrução nacional, tão crucial para o futuro do país.

«Sendo a edificação de um Estado Soberano e Democrático um dos principais objectivos da República de Angola, e de todos os angolanos, é de inegável importância a participação de todos os angolanos na prossecução deste objectivo», sublinham na missiva. Por outro lado, qualificam a justificação apresentada pelo Governo de superficial, e instam as entidades consulares de Angola em terras lusas a indicar, perante a comunidade angolana local e não só, quais as dificuldades realmente encontradas pelas autoridades angolanas para a não realização do registo e, conseqüentemente, do acto eleitoral no exterior.

«Há 15 anos que não há eleições em Angola. Para muitos de nós seria a primeira vez que poderíamos exercer o direito de voto, um direito de todos os cidadãos angolanos com mais de 18 anos, devidamente registados para o efeito. Privarem-nos de votar pelo simples facto de alegadamente "não estarem reunidas as condições" para tal é no mínimo uma explicação muito superficial», afirmam.

Os mentores da missiva em apreço esperam contar com a adesão de outros compatriotas a residirem dentro e fora da União Europeia (UE) para que a iniciativa ganhe força e seja levada em consideração pelo

governo angolano.

A carta deverá ser entregue, primeiro, ao Consulado de Angola em Portugal, e depois enviada ao ministro João Bernardo de Miranda, titular da pasta das Relações Exteriores. Os organizadores esperam obter um número considerável de assinaturas de compatriotas espalhados por vários pontos do mundo.

## 4.8 A democracia em Angola é deficiente

*Folha8...28-07-07*

O ministro da Administração do Território acabou por dar razão à oposição e outros membros da sociedade civil que constantemente questionam a actual situação da democracia em Angola. A também coordenador interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) autenticou no dia 25.07, durante uma entrevista à Luanda Antena Comercial (LAC), que Angola vive um défice de cultura de democracia.

Fontes Pereira, um jovem político da nova geração, conseguiu descortinar aquilo que os seus correligionários há muitos anos não conseguem assumir.

A ministro da Administração do Território em vários pronunciamentos públicos tem sido capaz de apontar algumas irregularidades, ao contrário dos outros membros do Governo que só batem palmas.

Na sua entrevista, Fontes Pereira anunciou que "em muitos locais de Angola a democracia ainda não é assumida na sua plenitude como acontece na capital do país".

De acordo com o governante, as pessoas sabem que é preciso fazer eleições mas não há ainda uma cultura muito perceptível sobre o significado da democracia e o bem que ela faz.

"E quando em democracia, ao invés de, em alguns casos, se exaltarem os seus lados mais positivos se exaltam algumas das suas deficiências, então aí as coisas são mais graves", acrescentou. O ministro Fontes Pereira, que também é o coordenador Interministerial para o Processo de Eleitoral (CIPE), defendeu que essa cultura só pode ser alcançada se os angolanos se mostrarem interessados na reconciliação nacional.

"Há que pôr à frente a bandeira da reconciliação para todos juntos podermos reconstruir este país em paz e em harmonia." Aconselhou. Em relação ao registo eleitoral, o coordenador da CIPE garantiu que decorre conforme o previsto e que até ao momento já foram registados mais de seis milhões e meio de cidadãos.

A sociedade civil e os políticos reagiram às declarações do ministro Fontes Pereira sublinhando que essa posição deveria ser assumida pela maioria dos governantes inclusive o próprio partido no poder MPLA.

O presidente do PDP-ANA, Sediangany Mbimbi, saudou a atitude do ministro, mas acha que o executivo e outros estratos da sociedade devem fazer tudo para que a democracia seja uma realidade. "Queremos governantes desta natureza. Homens capazes de reconhecer as irregularidades de que enferma a sociedade", apontou.

O secretário para a administração e finanças do Partido Liberal Democrático (PLD), Alberto André Muanza, elogia a entrevista do ministro, destacando que Fontes Pereira teve a coragem de apontar o mal que preocupa a sociedade angolana.

#### 4.9 Angolanos no exterior reivindicam

*Semanario Angolense...28-07-07*

Quando no último fim-de-semana um dos funcionários da Comissão Provincial para o Processo "Moral da Lunda-Norte apareceu num dos espaços informativos da Televisão Pública de Angola (TPA), dizendo que o processo de registo nesta província corria às mil maravilhas, centenas de cidadãos da região leste de Angola terão ficado de cabelos eriçados, porque isso está longe de ser o que passa no terreno.

Contrariamente ao que foi anunciado, o processo de registo eleitoral na Lunda-Norte está paralisado há cerca de um mês, por razões que algumas entidades na província dizem desconhecer. Actualmente, todas as brigadas que operam nos municípios do Cuango, Caungula, Lubalo, Cuilo, Xa-Muteba e Capenda Camulemba estão paralisadas, uma situação que estará relacionada com a falta de zebras e outros materiais consumíveis. Este tem sido um dos argumentos esgrimidos quase em unísono pelos brigadistas estacionados nos 14 postos de registo eleitoral existentes nos seis municípios referidos.

Informações colhidas pelo Semanário Angolense, a partir da Lunda-Norte, indicam que das mais de 68 mil pessoas que se registaram nos seis municípios, somente 20.183 tiveram acesso aos respectivos cartões de eleitores, o restante ainda não sabe quando terá os seus documentos nas mãos. Alvitra-se, entretanto, que a o atraso no processo de entrega a dos cartões possa estar relacionado com a falta de materiais para a sua impressão.

Diferente do que ocorreu noutras regiões do país, em que a primeira fase do processo de registo começou e a segunda esteve abrangida na etapa de prorrogação, na Lunda-Norte os trabalhos começaram apenas há alguns meses. Pode ser tida como uma das regiões em que o processo de registo arrancou apenas este ano, segundo precisou o SA junto de pessoas que lá vivem ou que habitualmente para lá se deslocam em negócios.

«Sinceramente, não sabemos o que se está a passar. Apenas sabemos que os brigadistas estão com os aparelhos, ração e botijas de gás. Só que estes materiais não estão a ser utilizados», declarou um dos informadores deste jornal. Em meio a tudo isso, dirigentes do Partido da Renovação Social (PRS), formação política com forte implantação na região, não esconderam a sua insatisfação em relação ao atraso que se regista no processo de registo das populações, especialmente no que diz respeito à entrega dos cartões.

A isso não será alheio o facto de grande parte dos principais dirigentes desse partido ser originária de províncias do leste do país - Lundas Norte, Sul e Moxico. O secretário regional do partido no Cuango, Sapalo Mautale, considera mesmo que «por ser uma zona em que o nosso partido tem uma grande aceitação, então tudo deve ter sido premeditado de forma a prejudicarem-nos nas eleições legislativas e presidenciais que se avizinham».

#### 4.10 Recomendada alteração no Código de conduta

*Jornal de Angola...28-07-07*

Os participantes na conferência nacional sobre o cidadão e as eleições defenderam ontem que sejam apresentadas à Assembleia Nacional propostas de emenda ao actual Código de Conduta Eleitoral.

Esta constitui uma das recomendações saídas do evento realizado nos dias 26 e 27 do corrente, pelo Centro Nacional de Aconselhamento (NCC).

Os conferencistas consideraram que o actual Código de Conduta Eleitoral "enferma de algumas lacunas do ponto de vista de precisão e agravamento das sanções". Sobre a simultaneidade ou não das próximas eleições presidenciais e legislativas, os participantes constataram que, numa situação de normalidade constitucional, as mesmas (eleições) não ocorreriam simultaneamente, visto que o actual quadro constitucional fixa quatro anos para o mandato dos deputados e cinco para o do Presidente da República.

Recomendaram, no entanto, que no período que mediar entre as eleições legislativas e presidenciais o Presidente da República deva ser o garante dos sistemas constitucional e de Governo.

Por outro lado, a conferência recomendou ao Governo que crie todas as condições necessárias que propiciem a realização de eleições num ambiente de paz, concórdia, transparência, liberdade e de justiça. Apelou ainda para a necessidade de se envidarem esforços no sentido de se evitar um elevado índice de absentismo no próximo pleito eleitoral.

Os conferencistas defenderam que seja discutida publicamente a questão da intolerância política, tendo apelado ao MPLA e a UNITA no sentido de assumirem, de forma séria e responsável, o dever que sobre eles recai de desarmarem as mentes dos angolanos", que, segundo eles, andam "carregadas de ódio, devido às sequelas deixadas pela guerra".

Financiado pela Ajuda da Igreja Norueguesa, a "Conferência nacional sobre o cidadão e as eleições o impacto das eleições no desenvolvimento sócio-económico de Angola" teve como objectivo aumentar os níveis de análise e de debate sobre o estado actual do processo eleitoral angolano.

O encontro visou ainda, entre outros objectivos, propiciar um espaço de debate democrático com vista a apresentar contribuições valiosas em prol de eleições livres, justas e transparentes

Participaram no evento membros do Governo e do corpo diplomático acreditado no país, deputados à Assembleia Nacional, representantes de partidos políticos, de organizações da sociedade civil e de igrejas, assim como autoridades tradicionais.

## 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

### 5.1 Merenda escolar abrange mais de quatro mil alunos em Katchiungo

*Angop...19-07-07*

Quatro mil oitocentos e sessenta e dois alunos de sete escolas do ensino primário do município do Katchiungo, a 62 quilómetros a leste da cidade, beneficiam desde o princípio do presente ano lectivo de merenda escolar, num projecto do Governo da Província do Huambo. A coordenadora do referido projecto, Adelina Eduardo, disse à Angop que o seu município recebe mensalmente quinze mil toneladas de produtos diversos, entre arroz, sal, açúcar, óleo vegetal, farinha de soja e conservas de peixe e de carne para servir os alunos abrangidos em dois períodos (manhã e tarde). Acrescentou ainda que o projecto está a corresponder com os propósitos do governo da província que são contribuir no bom aproveitamento escolar dos petizes, bem como maior participação nas aulas e na redução de número de desistentes escolares. Adelina Eduardo frisou que, desde a aplicação do projecto, o número de desistências de crianças diminuiu em relação ao tempo em que não beneficiavam de merenda escolar. O município do Katchiungo controla actualmente 19 escolas com 34.947 alunos e um total de 724 professores.

### 5.2 INAC preocupado com trabalho infantil nas zonas fronteiriças

*Angop...23-07-07*

O Instituto Nacional da Criança (INAC) no Cunene está preocupado com o facto de algumas crianças estarem envolvidas em trabalho de carregamento e descarga de mercadoria na Fronteira Angola/Namíbia. A informação foi avançada hoje à Angop pelo director do INAC no Cunene, Hélder dos Santos, salentando que a sua direcção vai trabalhar numa pesquisa sobre o assunto junto dos marcos fronteiriços de Kalueque, 12, 5 e 9, 5 no sentido de se apurar o real trabalho em que são submetidos os menores e a sua proveniência. Segundo afirmou, a direcção tem dados concretos de que existem crianças envolvidas na transportação de mercadorias com maior incidência na localidade de

Santa Clara, o que de certa forma tem afectado o desenvolvimento destas crianças, pois estão expostos a vários riscos.

De acordo com o responsável, as crianças envolvidas nesse tipo trabalho são, na sua maioria, provenientes das províncias vizinhas principalmente a da Huíla, Namibe, Benguela e Huambo, que devido ao custo de vida recorrem à localidade em busca do lucro fácil. Salientou que muitas destas crianças são utilizadas por adultos que se intitulam como seus familiares no sentido de arrecadar valores, para garantirem a segurança alimentar nos lares. Helder dos Santos explicou que têm trabalhado junto do governo do Cunene num conjunto de acções viradas a protecção dos direitos e deveres das crianças, com vista ao reforço das medidas de combate à violência contra este estrato social nas comunidades. É considerado trabalho infantil, o que envolve o exercício em serviço doméstico, trabalho forçado, exploração sexual e comercial.

### 5.3 Merenda reduz desistência escolar

*Angolense...28-07-07*

A experiência piloto do projecto "Merenda Escolar", lançada há um mês no município da Baía Farta", abre boas perspectivas para a expansão desta iniciativa do Governo de Benguela, que tem merecido um rigoroso acompanhamento por parte do Governador Dumilde Rangel, constatou o Angolense no local. Um dado elucidativo é que a Escola Primaria 4 de Abril, onde cerca de oitocentas crianças beneficiam diariamente do lanche, viu baixar significativamente o número de desistências, estando a direcção e o corpo docente com os olhos postos num aproveitamento escolar nunca antes obtido.

A merenda escolar, que também teve como reflexo uma maior aplicação dos petizes, é composta por leite com chocolate, bolachas (de coco e água e sal) e faldados.

Satisfeito com a iniciativa, o director da Escola 4 de Abril, Luís Felisberto, disse que os alunos que até então se encontravam em casa acabaram por regressar ao convívio escolar. "A motivação das crianças é diferente, elas captam a mensagem mais animadas", regozijou-se, convicto num bom aproveitamento escolar no final do ano lectivo.

Na mesma linha de pensamento, o professor Eurico Munene disse ter observado uma grande diferença entre o passado e o presente, tanto em termos de presença física como na participação nas aulas. Era notória a satisfação no semblante das centenas de alunos, que contavam alegre e activamente em jeito de

agradecimento ao Governo. Diante deste quadro, o Regedor municipal da Baía Farta disse esperar pelo reforço desta medida, cujos resultados se advinham satisfatórios. Refira-se que o executivo de Benguela pretende estender o Projecto aos nove municípios da província.

#### 5.4 Vice-governadora aborda questões de saúde e educação no roque santeiro

*Jornal de Angola...28-07-07*

A vice-governadora de Luanda, Francisco do Espírito Santos, visitou ontem, o mercado Roque Santeiro, onde manteve um encontro com as vendedoras do mercado para abordarem assuntos sobre saúde e alfabetização.

O encontro enquadra-se no âmbito de abertura do programa de actividades referentes à jornada da Mulher Africana/2007.

De acordo com a vice governadora do Governo provincial de Luanda (GPL) para este ano no dia dedicado à Mulher Africana (31 de Julho), decidiu dirigir as suas actividades à saúde materna. "Por esta razão, junto das quitadeiras e compradores do Roque Santeiro estamos a desenvolver uma actividade de educação para a saúde", referiu.

Francisca do Espírito Santo disse, ainda, que o GPL está a realizar uma série de actividades em que se pretende sensibilizar as pessoas que têm o Roque Santeiro como local de trabalho, isto no que concerne a saúde.

"Fico satisfeita em saber que mulheres que eram analfabetas, hoje, conseguiram concluir a 6ª classe, a frequentar aulas aqui no Roque Santeiro. É necessários que esses trabalhos continuem para obtermos os resultados desejados até aos próximos anos", sublinhou.

Por outro lado, no que diz respeito à organização do referido mercado, a vicegovernadora reconheceu que o mesmo está organizado. Entusiasmou-se que o GPL tem acompanhado os trabalhos de limpeza e o asseio do mercado.

#### 5.5 Ensino de línguas nacionais chega a 105 turmas da 1ª classe

*Jornal de Angola...29-07-07*

"As estratégias do Ministério da Educação para a inserção das línguas nacionais no sistema de ensino passam pela produção de materiais didácticos, que vão apoiar a acção do professor e alunos dentro da turma, e também pela formação do próprio professor que vai estar à frente dos alunos a transmitir os seus conhecimentos".

A afirmação é de António Chamuhango, chefe de

Secção das Línguas Nacionais do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Escolar (INIDE). Para ele, qualquer projecto preza de disponibilidade financeira para que tenha êxito. Para além disso, disse, é preciso realizar vários estudos que sustentem o trabalho da inserção das línguas nacionais no ensino.

"O Ministério da Educação precisava de uma pesquisa do Ministério da Cultura, trabalho realizado pelo Instituto de Línguas Nacionais, por isso é que estamos a implementar, numa primeira fase, seis línguas nacionais no sistema de ensino".

O projecto tem duas tases, sendo que, na segunda fase, as línguas nacionais vão servir de veículo de transmissão doutras disciplinas. Neste momento, as línguas que estão a ser ministradas a título experimental são o kikongo, tchokwe, kimbundu, nganguela, oxicuanhama e umbundo.

"Nesta fase, estamos a inserir as línguas nacionais como disciplina no currículo escolar", disse a fonte, explicando que não tem sido uma actividade pacífica por provocar, até hoje, acesos debates, daí que o processo está ainda numa fase de experimentação. Quanto à produção de material didáctico para o ensino das línguas nacionais, o funcionário sénior do Inide assegurou que já foram produzidos livros e manuais escolares para a primeira classe, cujo número na precisou. Cento e cinco turmas da primeira classe, espalhadas por todo o país, estão envolvidas nessa primeira fase do projecto de implementação das línguas nacionais nas escolas. No entender do entrevistado, uma das formas de resgate da identidade cultural dos angolanos é ensinar as línguas nacionais aos jovens, visto que existe uma crescente invasão de outras línguas".

"A motivação é essencial, porque as pessoas precisam de um incentivo. Alunos com grande motivação geralmente se saem melhor", sublinhou António Chamuhango que, comparando com outros países, disse que Angola está em melhores condições pelo facto de ter programas televisivos e radiofónicos em línguas nacionais, o que em muitos países não existe. Para o entrevistado, o trabalho de inserção das línguas nacionais no sistema do ensino não deve ser apenas do Ministério da Educação. "É preciso que, ao nível da comunicação social, comecem a aparecer textos em línguas nacionais, que estão a ser inseridas no sistema de ensino", defendeu António Chamuhango.

Para ele, os órgãos de soberania devem começar a escrever textos em línguas nacionais.

Para o nosso interlocutor, o impulsionamento das línguas nacionais deve ser feito ao nível familiar. Os pais devem aproveitar todas as oportunidades para ensinar os seus filhos a se expressarem no dialecto materno.

"Se este trabalho for feito na escola, o filho aprende e,

em casa, ele articula. Assim, em pouco tempo, vamos resgatar a identidade cultural de Angola".

Uma das grandes dificuldades que apontou é a escolha da língua nacional que será ministrada em Luanda, porque, durante o período de guerra, a capital angolana acolheu todas as línguas.

"Não sabemos até ao momento que língua nacional definir para o sistema de ensino na cidade de Luanda".



## 6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### 7.1 Governo apostado em melhorar imagem das cidades

*Jornal de Angola...07-07-07*

A vice-ministra do Urbanismo e Ambiente, Carla Leitão Ribeiro de Sousa, manifestou a disposição do Governo para a mudança da imagem das cidades do país, para que sejam vistas de forma positiva.

Em declarações à margem do Seminário Nacional sobre Planos Directores Urbanos, que decorreu no Palácio dos Congressos, a vice-ministra afirmou que as autoridades trabalham com vista a definição de um modelo distinto de organização das cidades. Segundo a vice-ministra, o Plano Director, por constituir um modelo de orientação, contribui para dar resposta às questões relacionadas com a satisfação das condições básicas dos cidadãos, bem como do desenvolvimento Económico e territorial do país.

Carla Leitão Ribeiro anunciou que o Executivo está a municiar os governos provinciais para a definição dos passos e procedimentos flexíveis com a finalidade de solucionarem as preocupações dos cidadãos, sobretudo na organização dos seus territórios, maximizando assim o poder de governação e de administração.

A esse respeito, adiantou que os responsáveis a nível das províncias possuem alguns manuais orientadores da sua actividade, incluindo a legislação sobre a matéria de ordenamento do território.

### 6.2 Serviço de Táxi em Cabinda deixa muito a desejar

*Jornal de Angola...08-07-07*

Em Cabinda, tal como noutros pontos do país, muitas são as pessoas que utilizam o táxi como principal meio diário para deslocar-se de um sítio para outro. Contudo, a qualidade do serviço posto à disposição dos usuários desse tipo de transporte deixa muito a desejar, tendo em conta as vicissitudes a que os mesmos são submetidos.

Com o crescimento da cidade em termos habitacionais e concomitantemente demográfico, a procura do táxi é constante, mesmo não havendo uma tarifa e paragens pré-definidas. Os automobilistas entendem, à revelia, encurtar o percurso das rotas de modo a amealharem mais dinheiro durante o dia. A população não tem por onde reclamar porque a associação de taxistas que, em princípio, deveria velar pelo controlo e organização de

toda a actividade do ramo, já não funciona faz tempo, segundo revelou ao Jornal de Angola o seu ex-vice-presidente, João Armindo.

Com um tom de desabafo João Domingo que exerce a actividade de táxi há quase duas décadas, disse que a falta, de interesse por parte dos associados em pagarem as quotas, de participarem em reuniões e o facto de qualquer pessoa exercer a actividade de táxi sem cumprir com as formalidades jurídicas ou administrativas, estão na base da falência da associação(...)

Luís de Assunção Melo assegurou que o que mais cria dificuldades são os incómodos de agentes da Polícia de Trânsito, por um lado, e por outro, as péssimas condições em que se apresentam a maior parte das estradas.

No seu entender, para haver um serviço de táxi devidamente organizado, o governo local deveria continuar a exigir a todo o cidadão que exerce essa actividade a se legalizar junto das direcções provinciais dos Transportes e Finanças com vista a obtenção da licença.

Entretanto, no quadro da melhoria das condições básicas indispensáveis à população, o governo local colocou, há cerca de ano e meio, à disposição da Empresa União de Táxis de Cabinda (UTC) há cerca de ano e meio um lote de oito viaturas para efectuar um serviço mais personalizado de transportação pública à porta dos clientes.

Infelizmente, tal como asseguraram dois sócios desta empresa, pertencente a oito antigos taxistas da praça local, nomeadamente Pedro Cláver Pitra e José Luís Armindo, os táxis oferecidos pelo Governo local, se tivessem que funcionar num sistema de transportação porta-a-porta, ou mesmo num sistema de rent-a-car, em que a pessoa interessada se deva dirigir-se ao local de estacionamento de viaturas para formalizar o contrato de aluguer, a empresa nunca obteria rendimento. Ou seja, os preços dos materiais de reposição são excessivamente caros.

Conforme esclareceu, pelo percurso que ele faz diariamente, de aproximadamente 180 quilómetros Cabinda/Massabi e vice-versa, pede por cada pessoa dois mil kwanzas, ao passo que nós pagamos anualmente cerca de mil dólares por cada viatura em apólice de seguro, para além de outros impostos às Finanças".

Para esta empresa, as autoridades competentes devem desburocratizar o processo para a obtenção da licença de táxi, de modo a encorajar os demais automobilistas a legalizarem a sua actividade

## 6.3 Casas chegam a custar três milhões de dólares

*Jornal de Angola...18-07-07*

O preço de uma casa chega aos três milhões de dólares, em Luanda, conforme se constatou em vários projectos exibidos na Feira Internacional de Luanda (FILDA), que terminou domingo último.

Apesar de várias críticas, 90 por cento desses imóveis milionários já foram praticamente adquiridos. Na feira, pôde-se constatar os mais diversos projectos imobiliários de luxo.

Até mesmo alguns visitantes e expositores, que se deslocaram ao recinto, ficaram perplexos com os elevados custos das vivendas. O preço mínimo está à volta de um milhão e meio de dólares e o máximo pode chegar aos 3 milhões de dólares. O grupo Roxal é uma dessas empresas. Com o seu condomínio fechado denominado, Vila Flor irá construir até final deste ano cerca de 21 vivendas do tipo T4 e T5. Cada uma delas, com cerca de 436 metros quadrados, está à volta dos dois milhões 850 mil dólares.

Segundo informações obtidas no local, grande parte delas já tem compradores. O projecto abará ainda um parque de estacionamento, piscinas internas, Internet com sistema em banda larga.

Já no projecto Futungo Village, da empresa Imocom, mais de 90 por cento das 64 casas a serem erguidas até final de 2009 foram compradas. São vivendas do tipo T4 e T4 mais um (com um anexo) avaliadas em mais de um milhão e 800 mil dólares. Cada uma delas terá caves modernas para o estacionamento de viaturas, suítes, salas comuns, salas de estar e cozinhas.

A Baixa de Luanda, além das torras que estão a ser construídas, ganhará em finais de 2008 um novo edifício com oito andares para escritórios, lojas e apartamentos. Sabe-se que um apartamento poderá custar um milhão e 500 mil dólares. É um projecto que pertence à empresa portuguesa Opca.

## 6.4 Ruas do rangel alternativas durante construção da via expresso

*Angop...18-07-07*

Ruas dos bairros Terra Nova, Nelito Soares, Marçal e Vila Alice, no município do Rangel, em Luanda, servirão de alternativas à Avenida Deolinda Rodrigues, que começa a ser transformada em via expresso a partir de quinta-feira.

A interdição, marcada para as zero horas do dia 19, deve-se ao arranque da fase derradeira das obras do projecto Via Expresso Luanda/Viana, que prevê o alargamento do troço em toda a sua extensão, construção de passeios e colocação de separadores e

postos para iluminação pública.

O trânsito na Avenida Deolinda Rodrigues será interdito desde o monumento do Motorista, próximo à Guedal, até à perpendicular à rua Lino Amezaga, que dá acesso à Avenida Brasil.

Neste sentido, os automobilistas que saem de Viana deverão desviar pela Rua Gago da Graça, nas imediações do Banco de Fomento Angola (BFA), na Terra Nova, voltando de seguida à esquerda para apanharem a travessa da Trás-Monte, que liga à Lino Amezaga.

De igual modo, o trânsito na Avenida Ngola Kiluange será restrito no sentido São Paulo até a intersecção com a rua da Brigada, devido ao início, nesta mesma data, das obras de reabilitação e ampliação da referida estrada.

Entretanto, os automobilistas que saem do Cine São Paulo deverão optar pela Rua Senado da Câmara e posteriormente seguirem pela rua do Suba, no interior do Marçal, que vai até à Brigada.

A partir daí haverá dois sentidos possíveis: continuar pela rua do Suba até a Escola Ngola Kiluange ou retomar de imediato à Ngola Kiluange através da rua da Brigada. Mas fora estas artérias, os condutores, que dominam a área para as possíveis alterações nos itinerários, poderão optar por outras nestes bairros. Os trabalhos nas duas rodovias serão executados no prazo de 18 meses.

De acordo com o superintendente Gabriel Tito, chefe das operações da Unidade Operativa de Luanda, a Polícia Nacional está preparada para manter a ordem e segurança nas áreas visadas, sendo que disponibilizará apenas 12 efectivos para disciplinar o trânsito nas mesmas.

## 6.5 Novo condomínio absorve 4 milhões de dólares

*Jorna de Angola...20-07-07*

A empresa Micca, uma sociedade comercial de importação e exportação, investe 4 milhões de dólares, num condomínio denominado "Nova Geração", no Talatona, a Sul de Luanda.

O empreendimento vai servir para arrendar às companhias petrolíferas que operam no país. A Micca é uma das empresas capacitadas pelo Centro de Apoio Empresarial (CAE), surgido no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Participação Nacional (PDPN), um projecto da Sonangol.

Neste momento, 27 empresas registadas no CAE mantêm contratos com companhias do sector petrolífero, que estabeleceram um volume de negócios no valor de 2 milhões e 500 mil dólares. Até final deste ano, a previsão é atingir os 20 milhões de dólares em

negócios. As obras do condomínio "Nova Geração", da empresa Micca, que iniciaram no ano passado, terminam em Dezembro próximo, conforme garantiu o director-geral da Micca, Mário Camundongo. O empreendimento comportará oito casas do tipo T3, e ainda um bloco que comportará 19 quartos.

No sector petrolífero, a empresa presta serviços à BP Angola, em função de um contrato em vigência, desde Agosto de 2006. A Micca fornece alimentos à petrolífera, num pacote constituído por café, leite, guardanapos, além de material de escritório. Além da construção civil e segurança, a empresa aposta no comércio geral.

Na área de segurança, a Micca possui a Micca Divisão de Segurança que emprega 52 trabalhadores.

Além da Micca, preenche o quadro de empresas capacitadas pelo CAE, a Pembele Comércio Geral, Importação e Exportação, vocacionada ao comércio geral e à venda de vestuários. Para a indústria petrolífera, está em vista o fornecimento de materiais de protecção que compreendem fatos-macacos, capacetes, luvas, lentes, botas e filtros anti-gases (para protecção de incêndio ou produtos tóxicos). Além disso, a empresa tem FR (anti-fogo), cujo tecido será importado, já que a indústria segue com os padrões internacionais definidos.

A Pembele, Lda tem contacto com uma fornecedora de equipamentos, sediada na Noruega. Recentemente, as amostras dos equipamentos vestuários foram aprovadas pelas companhias petrolíferas que operam no off shore angolano.

Neste momento, a empresa aguarda a assinatura do contrato com a petrolífera BP Angola, para fornecimento de materiais de uso no on-shore e off shore angolano.

"As cláusulas do contrato já estão traçadas", explicou o director da empresa Eduardo Pembele.

Há, quatro anos no mercado, a Pembek quer apostar no ramo da limpeza e na manutenção, um plano que será gizado ainda no decurso deste ano. Nessa altura, aguarda-se pela chegada do material de suporte ao país. Com 17 trabalhadores, a empresa prevê instalar representações em Cabinda e na província do Uíje. A empresa possui um fundo de maneio de 35 mil dólares, segundo fonte da empresa.

## 6.6 Cidadãos dormem ao relento no bairro Iraque

*Angolense...28-07-07*

Há algum tempo que assistem as suas casas a serem destruídas para no lugar se construir um luxuoso condomínio, ao que se sabe tem como sócios um grupo de generais do exército nacional. Não sabem o

que fazer, pois por reclamar, dois homens foram baleados e até agora se encontram sob cuidados hospitalares. No local, o cenário é desolador

O bairro está localizado no município do Kilamba Kiaxi, no golfo II, por trás do condomínio Nova Vida. As casas são simples, mas quase todas já estão numeradas com letras garrafais, escritas a vermelho. Este é o sinal de que deverão ser demolidas brevemente. Os moradores estão apreensivos. "Senhora jornalista, veja como a minha casa ficou", diziam uns, outros pediam para que fossemos ver as condições indigentes em que os seus filhos estão a dormir.

Enquanto caminhávamos em direcção a zona crítica, um ancião que montou uma barraca para a venda de pequenos artigos obrigou a primeira paragem. A sua casa já está numerada. "0040", lê-se.

Trata-se de Luis João, tem nove filhos e vive naquela casa há dois anos. "Sou deficiente de guerra, mas hoje já não valho nada. Dei a minha juventude por esse país e em troca perdi uma perna. O estado não me deu casa, agora que consegui construir com os meus esforços querem partir a minha residência". Mais adiante falou do que havia acontecido com o seu vizinho de porta. "Ontem à tarde foi arrancado de sua própria casa, os três filhos dele foram retirados pela polícia da quinta divisão. Até a cama dele o trator partiu", denunciou.

Disse depois que desde aquela noite o senhor dormiu ao relento com os seus filhos e que até ao momento não tem um sitio para os abrigar.

"Senhora jornalista dá-me teu número do telefone para avisá-la quando eu morrer, porque da minha casa só sairei mono", disse no final. Despedimo-nos do senhor João e continuamos com a visita, passamos por várias pedras e utensílios que antes compunham casas, das quais apenas restam vestígios.

Fernando Paulo é outro Jovem que viu a sua casa ir abaixo no dia 18 do corrente mês. Ele e os seus cinco filhos estavam a dormir quando o trator chegou a sua porta. No comando estavam fiscais da empresa "Jardim do Éden", que apesar do nome adoptado da Bíblia está a implantar o terror na zona que agora se tornou numa versão do Iraque no que a destruição diz respeito.

"Eram cinco horas da manhã, os senhores entraram na minha casa e me mandaram sair, eu e os meus filhos, se negássemos seríamos mortos. Em seguida começaram a partir a minha casa e quando terminaram foram embora", contou. Disse ainda que deste Governo já não espera nada. "Não terão o meu voto", afirmou enraivecido.

Na mesma situação se encontra Isabel Ricardo, uma jovem de 21 anos, mãe de três crianças, a menor tem apenas seis meses. "Eles partiram a minha casa, hoje vivo na casa da vizinha, que também já tem a sua casa numerada. Não sei aonde ir, a minha família está toda

no Uíje, eu e o meu marido não trabalhamos, por isso não temos como construir outra casa", frisou. Jacinto Cauala, outro morador que perdeu a sua casa contou-nos que depois de partirem a sua residência o mandaram ir ter com o responsável da empresa, assim mesmo, sem qualquer explicação.

"Quando cheguei lá encontrei uns homens armados e me ofereceram 1000 dólares pela minha casa e me disseram que se eu não aceitasse ficaria sem nada", disse.

Mais em frente reclamou que pelo tamanho da sua casa aquele valor era absurdo, visto que a mesma tinha 24 metros de comprimento e 12 de largura. A contrastar com o cenário de destruição está o condomínio "Jardim do Éden", que cresce a todo o vapor. Nos trabalhos participam vários chineses.

"Uma vez, quando destruíam uma das casas, um desses chineses ria e dizia, num português mal falado, que nós éramos burros porque maltratávamos o nosso próprio irmão", contou um dos rapazes que nos acompanhava.

## 6.7 A agonia dos refugiados das tendas

*A Capital...28-07-07*

Quase seis meses depois, o semanário A Capital regressou a alguns campos de acolhimento das vítimas das chuvas, cuja memória daquele dia está ainda fresca. Na manhã de terça-feira, 24, o primeiro destino foi o campo localizado no bairro Golfe, nas imediações da Igreja Maná, seguindo as coordenadas dadas pela Administração do município do Kilamba Kiáxi.

Alguma distância depois, avista-se um aglomerado de tendas ergui das junto a uma escola do ensino de base. Para aqui foram encaminhadas algumas famílias, antes residentes neste mesmo município, mas, por causa das fortes enxurradas que caíram sobre Luanda em Janeiro último, perderam as suas casas. Antes senhores de suas vidas tornaram-se agora dependentes. As histórias que contam assemelham-se: perderam as casas, os poucos bens que possuíam e, noutros casos, parentes.

«Eles só dizem brevemente vocês terão as casas, mas estamos aqui há quase sete meses e não vemos nada», começou por desabafar o cidadão Matias Zola.

Chegados ao campo, difícil foi suportar o cheiro nauseabundo que a fossa aberta exalava. Mais ainda, tínhamos que esquivar os vários dejectos humanos espalhados pelo chão. Com as mãos a apertar o nariz, conseguimos ultrapassar este pequeno obstáculo.

Bem à entrada, entre um grupo de crianças que brincavam, inocentemente, encontramos Matias Zola e um companheiro seu de tenda. Contou-nos que há muito se sentem abandonados pelas autoridades municipais que aos poucos deixaram de manter um contacto mais

próximo com os populares. Já não nos dizem nada», disse. Segundo ele, as organizações de boa fé que na altura dos acontecimentos apareciam em massa, e ainda prestavam alguma assistência, começam também a desaparecer. «Estamos praticamente a ser esquecidos, já ninguém fala mais da nossa situação», lamentou.

«Pelo tempo que estamos aqui, tinham que nos dizer alguma coisa, se permanecemos nestas condições ou então, nos dão casas como tinham prometidos».

Eugénio Laborinho anunciou no auge da enxurradas de Janeiro, a construção de duas mil casas para albergar igual número de famílias desabrigadas, mas o silêncio das autoridades faz os interessados crer que os pronunciamentos feitos na altura pelas autoridades não passaram de simples promessas.

Há escassos metros de Matias, Inês Francisco acompanhava a conversa, enquanto temperava uma panela de feijão. Meninos a volta olhavam com ar de famintos, cada movimento da colher.

«Sentimo-nos abandonados aqui. Só hoje é que vimos as fichas para os agregados», acrescentou.

«As ajudas não estão a chegar mais». Inês contou que vive com os quatro filhos na tenda e mais outras 20 pessoas. O marido aparece poucas vezes. «Nestas condições ninguém aceita viver», clamou.

Contou que até Janeiro passado, ela era comerciante. Mas com as águas da chuva não foi somente a casa, foi-se também o dinheiro do negócio, pelo que desde então sobrevive das poucas ajudas que chegam. «E sofrimento, você que tinha alguma coisa, ser obrigada a esperar! Não dá», lamentou.

A situação não muda, os moradores nada sabem sobre o destino que um dia terão, se é que vale apenas esperar por um futuro cada vez mais adiado. «Olhem para nós, não nos deixem ficar nestas condições por muito tempo», pranteou Domingas Marques, também moradora do local, que lamenta a sua pouca sorte, ao mesmo tempo que chora os dois filhos que perdeu e do fardo que é criar de três netos, sobretudo quando não se têm para onde buscar ajuda.

Mas a sua maior preocupação não é só esta. Está no silêncio do Governo, o que lhe faz acreditar que, com o fim da época seca às portas, terão que enfrentar as próximas chuvas por baixo das tendas. «Não sei se vamos aguentar, já morreram quatro pessoas, o frio está demais, por favor também para nós», suplicou.

## 7 SERVIÇOS BÁSICOS

### 7.1 Ministra do planeamento sugere medidas contra migração em massa para as cidades

*Jornal de Angola...06-07-07*

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, apontou ontem em Luanda a harmonia entre a planificação urbana e o desenvolvimento económico como sendo factores importantes para se estancar o fenómeno actual da migração para as grandes cidades.

Ponto de vista da ministra foi emitido na abertura do Seminário Nacional Sobre Planos Directores Urbanos, que decorre no Palácio dos Congressos. Ana Dias Lourenço asseverou que o problema geral do ordenamento do território não pode ser analisado à revelia do planeamento do desenvolvimento económico.

"O planeamento urbano deve ser um instrumento de antecipação do povoamento das cidades, para que se possa resguardar a possibilidade destas virem a ser organizações espaciais que pró-agem a favor da produtividade económica, potenciando o seu contínuo crescimento", sustentou.

Os participantes foram convidados a reflectir sobre os enormes custos associados à gestão de espaços urbanos cada vez mais desorganizados, onde a realidade se coloca sistematicamente à frente do planeamento.

Em face deste quadro, a ministra do Planeamento defendeu a criação de condições para levar o desenvolvimento económico ao interior do país.

Do seu ponto de vista, Angola apresenta uma distribuição demográfica bastante desequilibrada, com as grandes cidades a concentrar a maior parte da população como consequência da guerra.

Em sua opinião, se as economias desenvolvidas, apesar de registarem também a crescente pressão urbana, não sentem tanto as consequências perversas e adversas da urbanização crescente como resultado de bons sistemas de planeamento, o mesmo não acontece aos países menos desenvolvidos, com crises persistentes no sector agrícola.

Esta crise resulta num fenómeno crónico de êxodo rural, pressionando as débeis estruturas urbanas de transporte, saneamento e circulação rodoviária como consequência, também, da inexistência ou precariedade das instituições de planeamento urbano e de organização.

São estes factores que aquela especialista entende e estar na base do surgimento de mega-metrópoles em de África com os seus problemas sociais, entre os quais o desemprego, pobreza, violência e marginalidade.

Ana Dias Lourenço caracterizou ainda "às nossas

cidades, principalmente as grandes cidades, como territórios em crescimento desordenado, com forte tendência para o adensamento de ocupação do solo, com carência de infra-estruturas ou acelerada a degradação das mesmas, com fortes consequências sobre o desequilíbrio ambiental".

Assim, defendeu a criação de condições sócio-económicas fora das capitais provinciais, para evitar ou amenizar o excesso de concentração demográfica nas cidades e proporcionar um crescimento territorial harmonioso.

Para Ana Dias Lourenço, um planeamento urbano que resulte, proporcionando de forma eficaz condições de vida mínimas à população, há que assegurar um crescimento económico harmonioso, que visa distribuir os habitantes por todo o território nacional.

Promovido pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente, o Seminário Sobre Planos Directores, que encerra sexta-feira, decorre desde a manhã de hoje no Palácio dos Congressos e conta com a participação de directores provinciais do Plano, das Obras Públicas, governadores provinciais, arquitectos, deputados, entre outras individualidades.

### 7.2 Famílias desalojadas clamam por ajuda

*Folha8...07-07-07*

A famílias que no passado dia 30.06.07 ficaram sem brigo, em consequências das calemas na zona do Benfica e da Ilha de Luanda, clamam pelo apoio do governo, para o seu realojamento ou ajuda na reconstrução das suas casas.

O aumento da pressão das ondas provocou, por inundação, a destruição de 32 residências, deixando cerca de 52 famílias ao relento, que temem que o descalo governamental, se arraste por muito tempo.

"Até agora não nos dizem nada, continuamos sem saber o que fazer e como é que vão resolver o nosso problema", reclama Júlia de Sousa, uma das vítimas. Entretanto, os moradores vão já alertando que não pretendem ter o mesmo tratamento que tiveram antigos moradores da zona que, noutras ocasiões, foram realojados no Bairro da Sapú, em Viana. "Temos familiares que estão lá e querem voltar porque as condições são péssimas", dizem.

No dia 03.06, a comissão de moradores reuniu com a administração municipal das Ingombotas, com esta a não colocar do realojamento nas prioridades, destacando apenas o apoio em bens de primeira necessidade.

"Disseram-nos que no dia 04.06, o ministério de Assistência e Reinserção Social trataria a qza desespero de todas as vítimas", disse Mariquinhas António.

Desta feita os populares continuam a viver com a ajuda dos vizinhos que não foram atingidos. "Mas é preciso que o governo faça algo com urgência porque a qualquer momento podemos voltar a ter o fenómeno e agravar ainda mais a situação", alerta.

Além das residências foram destruídos centenas de bens materiais e duas chatas, não tendo se registado vítimas mortais. Recorde-se que no ano passado também se registou o fenómeno na referida zona, tendo causado inúmeros danos materiais.

### 7.3 Focos de lixo tendem a diminuir na capital

*Jornal de Angola...18-07-07*

Os grandes focos de lixo, existentes em algumas áreas da capital, poderão desaparecer dentro em breve, fruto do trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo de Luanda.

A campanha, que se desenvolve no quadro do programa complementar do GPL, visa reduzir os focos de lixo selvagem e evitar a propagação de diversas doenças, bem como melhorar a imagem de Luanda.

Desde o início da campanha, já foram recolhidos 791 mil toneladas de lixo passivo ou selvagem que se encontravam amontoados em algumas esquinas da cidade.

Até ao momento, a campanha abrangiu os municípios do Kilamba Kiaxi, Samba, Cacuo, Maianga, Sambizanga, Cazenga e Rangel.

O município do Kilamba Kiaxi é àquele que maior quantidade de lixo foi removido, cifrado na ordem dos 9.885 mil, secundado pela Samba e Cacuo, com 4.082 e mil 358 toneladas, respectivamente.

A recolha de lixo passivo está a ser desenvolvida pelas empresas solicitadas pelo GPL e não por operadoras tradicionais contratadas pela Elisa

### 7.4 Lançada parceria para gestão dos recursos hídricos

*Jornal de Angola...19-07-07*

Sob iniciativa da Organização Não Governamental Acadir, Associação de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Integrado, foi lançada ontem oficialmente uma parceria entre instituições do Governo, sector privado e ONG que trabalham com a água, com o objectivo de traçar políticas integradas dos recursos hídricos.

De acordo com Gomes da Silva, director nacional de Águas, esta parceria é uma plataforma de entrosamento entre instituições públicas (Ministérios da Indústria, Administração do Território, Pescas, Agricultura e

Educação, ONG, organizações profissionais e outros parceiros), que de uma forma directa ou indirecta estejam relacionados com a gestão integrada dos recursos hídricos do país.

Gomes da Silva afirma que a questão dos recursos hídricos está consagrada na Lei das Águas, o que vai facilitar o trabalho, uma vez que a vontade política está expressa claramente na referida lei.

"É uma plataforma que nos vai ajudar a mobilizar também alguns recursos e alguns conhecimentos de fora, quer a nível da Sade, quer do mundo"; disse.

Ele sublinha que o abastecimento público da água e o saneamento das águas residuais é uma das componentes da gestão integrada, mas não é a única, porque existem fins múltiplos da água e várias utilizações. "Nós temos que praticar, a nível dos problemas da bacia, em primeira instância, os usos múltiplos da água", disse.

Segundo o responsável, a grande vantagem desta parceria, designada Country Water Partnership (CWP), consiste no facto de Angola poder contar com a participação da Global Water Partnership (GWP) em todas as suas mobilizações e fazer prevalecer a sua voz e experiência.

Com tal parceria, disse, "vamos passar a ter assento nesta instituição sendo Angola um membro dela.

### 7.5 Rangel, Miramar e Ingombota privados do fornecimento de água

*Angop...20-07-07*

Os bairros do Rangel, Miramar e parte do município da Ingombota, em Luanda, estão privados do fornecimento de água potável, desde as primeiras horas da manhã de hoje, devido a uma rotura verificada na conduta de 400 milímetros, localizada na Avenida Hoji-Ya-Henda.

De acordo com o porta-voz da Empresa Provincial de Água de Luanda (Epal), que avançou a informação à Angop, uma equipa técnica está já no local para constatar o que aconteceu, visto que a referida conduta recebeu trabalhos de intervenção recentemente. Informou ainda que em função do sucedido, a estação de bombagem do Marçal foi paralisada na totalidade para permitir que os técnicos possam retirar a válvula colocada há dias, para se verificar se está danificada. Adiantou que longo que os operários retirarem a válvula, o fornecimento da água aos bairros afectados volta a normalidade, ficando penalizadas as residências dos arredores onde está localizada a conduta até a conclusão dos trabalhos previstos ainda para hoje. O porta-voz da Epal deu a conhecer que a sua empresa tem estado a trabalhar em várias áreas da cidade de

Luanda, no sentido de substituir as válvulas obstruídas nas condutas.

A Angop constatou no local que em função do sucedido, a Avenida Hoji-Ya-Henda ficou quase toda inundada dado ao volume de água vinda da conduta, tendo impossibilitado alguns moradores dos arredores de subirem nas suas viaturas.

## 7.6 Huambo instala chafarizes em bairros periféricos

*Jornal de Angola...24-07-07*

Vinte e um chafarizes, para o fornecimento de água potável à população, estão a ser construídos em bairros periféricos da cidade do Huambo, no âmbito de um projecto do Governo visando o reforço do abastecimento do produto a partir do rio Kulimahala.

Os trabalhos, a cargo da empresa local TecnoAgua, iniciaram em meados de 2006 e terminam em Outubro deste ano.

De acordo com o responsável da empresa de fiscalização "Afrifase", Cravo Roxo, os chafarizes estão a ser erguidos nos bairros do Macolocolo, Benfica, Fátima e Calondo, onde se registam falhas no fornecimento de água potável. De acordo com o fiscal, o Governo trabalha ainda na substituição

Das condutas de águas que existem há mais de 76 anos, num total de 72 quilómetros.

Os trabalhos encontram-se em fase de conclusão, faltando apenas cinco quilómetros. A reabilitação e ampliação da central de produção e tratamento de água do rio Kulimahala vai aumentar o fornecimento de 700 para mil 360 metros cúbicos/hora. Para além da central principal de captação, as sub-centrais localizadas na parte da cidade Alta e Rua do Comércio beneficiam de igual modo de reabilitação.

A empreitada está orçada em mais de 19 milhões de dólares norte-americanos, disponibilizados pelo Governo central no quadro do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população.

Neste momento, a empresa provincial de águas castrou, na cidade do Huambo, três mil 581 consumidores, que estão privados de este precioso líquido desde o princípio do ano em curso, em consequência das obras.

## 7.7 Benguela abastece com água potável três mil habitantes em todas comunas

*Jornal de Angola...28-07-07*

A Província de Benguela vai abastecer com água

potável todos os municípios através da instalação de pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição. O projecto vai beneficiar cerca de três mil habitantes.

A acção, baptizada com a denominação "Água para todos", decorre da implementação do Programa de Melhoramento e Aumento de Serviços Sociais Básicos à População. A perspectiva, segundo uma fonte ligada ao projecto, é de fazer face às doenças como diarreias e outras infecções, que muito perturbam às comunidades.

Com a criação de tais condições, as populações vão deixar de consumir água não tratada acarretada em cacimbas e rios. Neste momento, parte dos sistemas de captação e distribuição de água já instalados encontram-se em regime experimental, estando a beneficiar um número restrito do total de contemplados.

Nesta ordem, o governo provincial manteve um encontro na última terça-feira na cidade de Benguela com as administrações municipais e comunais, autoridades triadicionais e directores dos diversos sectores públicos, para tratar de questões ligadas ao Programa de Investimento Públicos (PIP).

O projecto, além da instalação de sistemas de água, prevê instalar até nas sedes comunais blocos para assegurar os serviços administrativos e sociais, por forma a acompanhar as populações que estão a regressar às suas terras de origem.

Algumas comunas e povoações da província de Benguela já dispunham antes de sistemas independentes de água captada a partir dos rios mais próximos e de fontes situadas nas elevações montanhosas.

A instalação do novo sistema vai entretanto reforçar esta situação, como acontece nas comunas dos municípios do Cubal, Ganda e Balombo. Os furos artesianos nas zonas aluvionárias dos rios secos nas comunas dos municípios do Chongorói, Caimbambo, Bocoio, Cubal, bem como no Norte do município do Lobito e a Leste e Sul do município da Baía Farta.

## 7.8 Populares recebem precioso líquido através de cisternas

*Jornal de Angola...28-07-07*

Um programa de distribuição de água potável à população da periferia e de alguns bairros da zona urbana da cidade do Huambo, está a ser implementado desde a última sexta-feira, numa iniciativa do governo da província, no âmbito do reforço do combate à epidemia da cólera.

O programa visa igualmente a melhoria do fornecimento do precioso líquido pelas áreas mais carentes. Catorze camiões cisternas, com capacidade para 22 mil

litros de água cada um, cedidos pelo Governo central, estão mobilizados para sustentarem a execução deste programa.

O director provincial da Energia e Águas, Elias Adolfo Gomes, a água a distribuir será adquirida na Central de Captação do rio Culirnahala, situada a cerca de cinco quilómetros a leste do centro da cidade do Huambo.

O programa de distribuição de água, de acordo com Elias Adolfo, será feito em dias intercalados e vai beneficiar fundamentalmente os bairros de Macolocolo, Rua do Comércio, Canhe, São José, Xavier Samacau, Santo António, Cacilhas, Camusamba, Caquerewa, Bennca, Kapango, Fátima e Comandante Bandeira.

Estas são as áreas mais afectadas pelo surto da cólera, que causou a morte de 43 pessoas, dos mais de 800 casos notificados desde o dia 23 de Novembro do ano passado até ao mês de Maio deste ano.

A acção vai beneficiar, entretanto, os moradores residentes na parte alta da cidade, baixa e bairro Académico, localizado no centro urbano, onde se regista carência de água devido à interrupção do abastecimento.

A interrupção do abastecimento de água deriva das obras de reabilitação da canalização. A intervenção vai permitir oferecer um melhor serviço à população.



## 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

### 8.1 Líder religioso considera reconciliação nacional um objectivo permanente

*Jornal de Angola...02-07-07*

O bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoísta), Afonso Nunes, pediu aos fiéis para continuarem a trilhar o caminho da reconciliação nacional e se empenharem no processo de consolidação da paz.

O líder religioso que falava no encerramento do workshop sobre "os cristãos, a democracia e os desafios do processo eleitoral" realizado no Centro de Convenções de Talatona, considerou importante que o cidadão tenha uma cultura democrática.

O tórum dirigido aos quadros, responsáveis e fiéis da congregação e de outras confissões religiosas, visou fundamentalmente promover o debate sobre as grandes questões do país.

Afonso Nunes alertou para a necessidade de os cristãos fazerem permanentemente uma reflexão sobre os "novos desafios do mundo moderno, "para que não sejam apanhados desprevenidos".

Pediu ainda para que os cristãos assumam as suas responsabilidades, tendo os grandes desafios dos países, mas não comprometam os princípios bíblicos.

"Ser cristão não nos isenta do nosso dever cívico, muito menos da ocupação do exercício de cargos públicos, desde que decorrem dentro das exigências ético-morais e da competência profissional" frisou.

A oficial de Direitos Humanos da ONU, Ana Celeste, elogiou a iniciativa dos tocoístas, tendo afirmado que as entidades religiosas e organizações não-governamentais devem, sobretudo criar acções que visam incentivar a sociedade para a importância do voto num estado que vigora a democracia.

O Workshop promovido pela Igreja Tocoísta contou com a participação de 350 delegados e debateu temas como "Os desafios do cristianismo nas sociedades contemporâneas", "O legado bíblico sobre relações Igreja/Estado" e o "contexto actual das relações Igreja/Estado na sociedade angolana".

"Conceitos, princípios e valores da democracia na sociedade contemporânea", "Organização de um Estado democrático de direito e responsabilidades do cidadão" e "Direitos humanos, liberdade de imprensa e liberdade de expressão", foram também abordados.

### 8.2 Jornalistas no Bié abordam papel da mídia na resolução de conflitos

*Jornal de Angola...07-07-07*

Jornalistas da Televisão Pública (TPA), Jornal de Angola, Rádio Nacional e da Agência Angola Press (Angop) participam desde quarta-feira, no Bié, num seminário sobre a participação da mídia na transformação e resolução de conflitos.

A directora da Comunicação Social na província do Bié, Maria Ester Canica, sublinhou que a acção vai capacitar os jornalistas locais, para melhor exercerem as suas actividades quotidianas. Frisou ainda que o sector da Comunicação Social no Bié prevê, para os próximos dias, realizar um outro seminário de formação, dirigido à classe, a ser orientado por profissionais do Centro de Formação de Jornalistas de Angola (CEFOJOR). Aconselhou aos presentes a exercerem a profissão com maior responsabilidade e imparcialidade, visando contribuir na consolidação da paz, democracia e desenvolvimento da província.

No seminário, terminado ontem, foram discutidos temas sobre a "Utilização da mídia na resolução de conflitos", "Jornalista e conflito, versos, jornalismo e violência", "Manipulação e propaganda", "Riscos no jornalismo actual" e "Contexto dos mídias no Bié, perspectivas para o futuro".

### 8.3 Mecanismos bilateral governo-Unita analisa reconciliação e consolidação da paz

*Jornal de Angola...10-07-07*

O mecanismo bilateral de Consultas e Concertação Política entre o Governo e a UNITA reúne-se hoje em Luanda para a discussão de assuntos relacionados com o processo de consolidação da paz e da reconciliação nacional.

De acordo com um comunicado da delegação do Governo no Mecanismo, chegado ao Jornal de Angola, a reunião realiza-se às 10 horas na sala de reuniões da Comissão Nacional de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados.

Trata-se da vigésima reunião do Mecanismo, órgão criado em 2002, depois da assinatura do Memorando do Luena, para a abordagem dos assuntos relevantes do processo de reconciliação nacional.

Na sua última reunião ordinária, realizada no dia 19 de Junho deste ano, o Mecanismo Bilateral analisou questões relacionadas com o pagamento das pensões de reforma aos ex-militares licenciados da UNITA.

De acordo com o documento distribuído na ocasião, as

partes analisaram ainda questões relativas a alguns actos de desacatos que ocorriam por alguns pontos do país, tendo-se considerado o actual clima de "harmonioso e calmo".

A reunião considerou também a necessidade de se proceder à uma avaliação do cronograma das acções do Mecanismo Bilateral, "para que se possa determinar o grau de cumprimento das mesmas".

A delegação do Governo ao Mecanismo é chefiada pelo ministro das Obras Públicas, Higino Carneiro, enquanto que pela UNITA o seu vice-presidente, Ernesto Mulato.

#### 8.4 Reverendo Luís Nguimbi destaca benefícios da paz

*Jornal de Angola...10-07-07*

O secretário geral do Conselho das Igrejas cristãs em Angola, reverendo Luís Nguimbi, destacou ontem no Huambo, os benefícios da paz e reconheceu os esforços de reconstrução do país desenvolvidos pelo Governo.

Luís Nguimbi falava numa palestra sob o tema "Cooperação, imperativo para a consolidação da paz, democracia e desenvolvimento".

O líder religioso convidou os angolanos a se empenharem na consolidação da paz e destacou a necessidade do aprofundamento da democracia.

O reverendo Luís Nguimbi afirmou que a paz é o instrumento fundamental para a realização de todas as actividades do homem. O líder religioso considerou por outro lado, fundamental que todos os cidadãos com idades de votar se registem para que possam participar nas próximas eleições legislativas

O evento teve lugar na Igreja Evangélica Congregacional dos Peregrinos e contou com a participação de membros do governo local, líderes religiosos e representantes de, organizações não governamentais.

O reverendo Luís Nguimbi encontra-se desde ontem na província do Huambo para uma visita de oito dias, destinada à avaliação do funcionamento do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA).

Luís Nguimbi foi reeleito recentemente para o cargo de secretário-geral do CICA.

#### 8.5 Ex-militares da UNITA recebem imputes agrícolas

*Jornal de Angola...20-07-07*

Pelo menos 500 desmobilizados das ex-forças militares da UNITA, reassentados no município de Chitembo, a 172 quilómetros a Sul da província do Bié, serão

assistidos com imputes agrícolas, a partir deste semestre, pela ONG norte-americana Care Internacional, informou o responsável da instituição, Daniel Júlio.

Daniel Júlio frisou que os beneficiários, afectos às ex-forças da UNITA, serão contemplados, nos próximos tempos, com bts agrícolas compostos por diversos instrumentos, bem como com gado bovino para tracção animal, por forma a facilitar o desbravamento de hectares de terras aráveis.

O responsável frisou que o projecto vai assistir também viúvas e órfãos dos ex-guerrilheiros e deficientes físicos das ex-Fala, localizados naquela circunscrição com objectivo de melhorar a dieta alimentar e combater a fome e a miséria no seio das suas famílias. O interlocutor disse ainda que, numa primeira fase, o projecto terá a duração de nove meses, com um orçamento estimado em cerca de 300 mil dólares norte-americanos. Para o efeito, foram já seleccionadas as áreas onde serão implementados os projectos, aguardando-se apenas o arranque do programa, que acontece dentro de poucos dias.

#### 8.6 Polícia prende crentes durante a missa do enviado do Vaticano

*Agora...21-07-07*

Cinco jovens foram detidos em Cabinda durante uma missa campal celebrada no pretérito domingo, 15, pelo enviado do Vaticano, cardeal Ivan Dias, por exibirem cartazes contra a nomeação do bispo do enclave "ocupado por Angola", denunciou esta segunda-feira, 16, o advogado Martinho Nombo.

O causídico, contratado pelos familiares das vítimas, explicou que os católicos estão divididos em duas alas e enquanto uma continua a manifestar-se a favor, a outra reclama contra o bispo de Cabinda. Na missa foram exibidos vários cartazes, lenços pretos representando o luto que paira nos corações dos fiéis e vermelhos mostrando o clima de violência que paira naquela comunidade.

"A voz do povo é a voz de Deus", "Igreja de Cabinda está dividida" e "D. Filomeno não representa os céus para os fiéis", eram algumas das palavras de ordem escritas nos cartazes.

Os fiéis de Cabinda consideram que houve uma politização da igreja por ter sido nomeado um bispo que para além de não ser autóctone, não representa as aspirações do povo do enclave. Os crentes mostram-se "revoltados" com os mais altos responsáveis da igreja, pelo facto de o bispo Dom Filomeno Vieira Dias continuar a negar a violação dos direitos humanos no território Cabinda.

"Esta atitude constitui uma provocação para a comunidade porque muita gente sabe que não é essa a real situação", sublinhou o advogado. Dos cinco jovens detidos, apenas um deles foi libertado no mesmo dia, mas os outros quatro continuam detidos nas instalações da polícia de investigação criminal de Cabinda sem autorização para contactar familiares, nem estes lhes poderem levar água ou comida.

"As cadeias aqui não são como na Europa. Se a família não der assistência, acabam por passar mal. Quem assegura que tudo corra bem são os familiares", afirmou o Jovem.

Martinho Nombo, que espera ser contactado para representar os jovens, acrescentou que eles ainda não foram formalmente acusados e que deverão comparecer brevemente diante do Ministério Público para um primeiro interrogatório. Para o advogado, a detenção dos jovens não faz sentido porque "não fizeram desacatos, só exerceram o seu direito à liberdade de expressão". Acrescentou que "se isto acontecesse em Lisboa, Paris ou em outra cidade democrática, nunca teriam sido detidos".

No sábado o cardeal Ivan Dias esteve em Cabinda e foi recebido esta segunda-feira, em Luanda, pelo presidente Eduardo dos Santos, no palácio da Cidade Alta, durante cerca de meia hora, sem que tivessem sido feitas quaisquer declarações aos jornalistas. Esta é a primeira vez que o Vaticano envia uma delegação a Cabinda depois de quase um ano de crise, no seguimento da nomeação de Filomeno Vieira Dias para bispo da diocese de Cabinda, em 2005.

Durante a sua visita a Angola, o enviado do Vaticano vai ainda estar presente à sessão de abertura da Reunião Inter-Regional de Bispos da África Austral (IMBISA), que se realizará amanhã.

O enclave de Cabinda, de onde provém quase metade da produção petrolífera de Angola, foi palco desde 1975 de uma luta armada independentista liderada pela Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), alegando que o território ainda é um protectorado português, nos termos do Tratado de Simulambuco.

Em Agosto último, Bento Bembe, que na altura já tinha sido expulso da FLEC, assinou com o governo um Memorando de Paz, considerado nulo por outros sectores independentistas, visto não ter sido discutido pelos "verdadeiros representantes do povo Cabinda", conforme defendem também os crentes ora detidos.

Apesar dos subscritores do memorando considerarem que o enclave se encontra actualmente em paz, activistas da FLEC e simpatizantes, entre os quais os religiosos, consideram que a paz de que os governantes falam em Luanda, não existe na realidade.

## 8.7 Mais de 2000 angolanos refugiados na RD Congo regressam ao país

*Jornal de Angola...22-07-07*

Dois mil 146 refugiados angolanos que se encontravam na República Democrática do Congo (RDC) regressaram ao país durante o primeiro semestre do ano em curso, informou o director provincial em exercício do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) no Zaire, Víctor Kusonga.

Em declarações prestadas à Angop, Víctor Kusonga sublinhou que as 587 famílias regressaram ao país por meios próprios. Entraram pela fronteira terrestre do Luvu (Mbanza Congo), Buela e Ninga, no município do Kuimba.

Estes angolanos, referiu, tiveram como destino final as províncias do Zaire, Uíje, Bengo, Luanda, Benguela, Huambo, Malanje e Bié, onde foram reintegrados na vida social e produtiva do país.

Ele disse também que desde 2003, data do início da operação de repatriamento organizado e voluntário de refugiados angolanos na RDC, 20 mil e 262 cidadãos, o que correspondente a cinco mil e 726 famílias, regressaram ao país por via terrestre e aérea escalando a província do Zaire, principalmente a cidade de Mbanza Congo.

Estima-se que mais de cem mil refugiados angolanos continuem ainda a residir na República Democrática do Congo. Estas pessoas saíram do país devido à guerra que o assolou durante décadas.

## 8.8 ONG de Cabinda acusa FAA de raptar cidadãos na RDC

*Folha8...28-07-07*

A comunidade Cabindesa – Desenvolvimento Comunitário, Direitos Humanos e Cultura de Paz, uma ONG da sociedade civil local, acusou as Forças Armadas de Angola (FAA) de terem invadido a República Democrática do Congo, entrado para um campo de refugiados, no início do mês de Julho, localizado no Baixo Congo, onde se encontram milhares de angolanos e de lá "ter raptado" quatro cidadãos naturais de Cabinda. "Temos medo que os mercenários ao selvicho do regime, possam matar ou torturar os nossos companheiros, apenas por defenderem ideias diferentes das do fantoche, Bento Bembe, que para viver no luxo, não se importa de estar a trair o seu povo", disse em exclusivo, ao FS, A. Lembe, apelando por este facto, "a mobilização das ONG's internacionais, para denunciarem esta prática horrenda e se possível impedirem o assassinato destes

intelectuais, cujo crime é o de quererem uma solução mais justa para Cabinda".

Segundo se consta o campo é controlado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), "que até agora se mantém calado, pois essa organização é dirigida, por um português, António Guterres, que é aliado de Luanda, por isso tememos pela vida dos nossos compatriotas, Tomás Gomes, Silvestre Sebastião Mabiala, Chinona Tiago e Augusto. Na opinião do político Lembe, "nada repugnaria, se uma vez mais o governo de Luanda, copiasse o modelo português de autonomia das suas regiões autónomas da Madeira e Açores e, numa primeira fase, implantasse em Cabinda, após negociar com os verdadeiros filhos e representantes da terra, como Nzita Tiago e outros". O grande handicap, garante "é o do actual governo de Luanda, não ser nacionalista e africano, logo não ter a linguagem dos povos Bantu, daí não respeitar as nossas tradições e culturas, tratando-nos como estrangeiros na nossa própria terra".

Entretanto, o secretário-geral da CCDCDHCP (Comunidade Cabindesa - Desenvolvimento Comunitário, Direitos Humanos e Cultura de Paz), Afonso Alfredo Muanda, denuncia o facto de terem sido criadas, pelas forças governamentais angolanas, "redes de infiltração, com homens de Bento Bembe, na RDCongo que estão a impôr a lei do terror, nos campos e a raptar cidadãos de Cabinda, que não apoiam a sua fantochada, levando-os, como agora, para parte incerta, sem qualquer respeito aos direitos humanos e a liberdade da pessoa". Esta é mais uma batata quente nas mãos do secretário para os refugiados, António Guterres, que de uns tempos a esta parte, assiste a sua organização a ser acusada de silenciar estas investidas, em campos de refugiados na Zâmbia e na RDC, onde é descurada a segurança das "pessoas que lá se encontram. É preciso reforçar os mecanismos de controlo e denúncia, pois não podem forças militares de um país, ir patrulhar zonas de outro", conclui

## 8.9 Igreja católica e estado Angolano em sintonia sobre a necessidade de uma boa governação

*Angolense...28-07-07*

Para o Cardeal Ivan Dias, de nacionalidade indiana, que presidiu os trabalhos da IMBISA, a boa governação ineressa tanto a Igreja como o Estado, desde as esferas mais pequenas e simples aos complexos sistemas políticos e redes macroeconómicas. "As relações entre a Igreja e o Estado assemelha-se ao que acontece numa família, quando os pais se enredem

bem, os filhos crescem na harmonia, na confiança e na alegria", exemplificou, precisando que "quando eles (os pais) vivem em conflitos, estes (filhos) perdem o desenvolvimento, a paz se esvanece e o lar se destrói".

O bom enredimento entre a Igreja e o Estado no respeito das competências próprias e na fidelidade à missão de cada um no único interesse da pessoa humana constitui uma alavanca imprescindível para o bem integral e a convivência fraterna de toda a humanidade, prosseguiu o enviado especial do Papa Bento XVI.

Ivan Dias desejou os melhores augúrios e que esta Assembléia da IMBISA traga muitos e bons frutos para os países da região da África Austral, para a Igreja e para o mundo inteiro.

Ivan Dias considerou que todos têm o dever e o direito de lutar para o crescimento autêntico à medida da dignidade humana, da sociedade e do mundo em que estão inseridos, advertindo que isso deve ser feito tendo em conta a verdade e a natureza do homem, cuja dignidade não pode ser trocada por nenhum preço. Por seu lado, Roberto de Almeida, Presidente da Assembléia Nacional, em representação do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, considerou que ao propor-se discutir o tema da boa governação dentro e fora da igreja, esta Oitava Assembleia Plenária da IMBISA "demonstra que está preocupada com os entraves e insuficiências de ordem pessoal ou organizativa que muitas vezes dificultam o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis".

"É necessário que, tanto a nível dos governos como das Igrejas, se criem mecanismos cada vez mais expeditos, justos e rigorosos, para que os projectos sociais e outras acções humanitárias atinjam realmente os mais necessitados e os mais desprotegidos", referiu. Segundo Roberto de Almeida, "da harmonização dos projectos, da complementaridade das iniciativas, do esforço conjunto para a elevação do nível material e espiritual dos nossos povos poderá resultar sinergias cada vez mais abrangentes que tornem ainda mais vivos e actantes os actuais vínculos privilegiados entre o mundo secular e o mundo religioso".

No actual contexto social, nos empenhemos em edificar uma verdadeira cultura em defesa da vida, da justiça, da paz, da salvaguarda do meio ambiente e do progresso social, disse, acrescentando que só deste modo, poderemos legar aos nossos vindouros um exemplo de coragem, fé, solidariedade e crença nas nossas capacidades criadoras.

O parlamentar angolano considerou ser para Angola um motivo de especial regozijo poder acolher um evento de tanta solenidade e projecção para os numerosos fieis da igreja católica e para todos que prezam os elevados valores morais espirituais que esta defende e propaga. Enalteceu o valioso papel que a

Igreja católica tem desempenhado junto das populações dos países da nossa região, valorizando os seus esforços em prol do bem e do amor ao próximo, apontando-lhes o correcto caminho da paz e da justiça social e inculcando-lhes esperança num futuro melhor.

Três cardeais, 13 Arcebispos e 45 bispos católicos participam dos trabalhos da Oitava Assembléia Plenária da IMBISA, que incluiu uma peregrinação, quinta-feira, 26, a missão católica de Mpinda, no Município do Soyo, província do Zaire, localidade através da qual esta igreja entrou na África austral.

## 8.10 Paz em Cabinda é efectiva

*Jornal de Angola...29-07-07*

A paz em Cabinda é hoje um facto, decorrido um ano sobre a implementação do Memorando de Entendimento para Cabinda, que envolveu o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, liderado por António Bento Bembe. A declaração foi do ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira.

O governante, que é também coordenador da comissão conjunta criada para o processo de pacificação de Cabinda, esteve sexta-feira última na província mais ao norte do país para proceder ao balanço do primeiro ano deste processo.

Em conferência de imprensa afirmou que o governo assume com responsabilidade o ambiente de estabilidade político-militar no enclave.

Virgílio de Fontes Pereira considerou positivo o balanço dos doze meses de execução do Memorando de Entendimento, "o que leva a concluir que o caminho seguido foi de uma perspectiva correcta", como fez questão de sublinhar. Fontes Pereira dividiu o êxito alcançado em Cabinda em dois momentos: a realização de todas as tarefas no domínio militar, a aplicação da amnistia, a desmilitarização das forças da ex-Flec e organizações associadas. Num segundo momento, referiu-se à concretização das tarefas de natureza política e da reconciliação, relevando a aprovação do Estatuto Especial para Cabinda.

Sublinhou igualmente como compromissos realizados, a integração dos militares da ex-Flec nas Forças Armadas Angolanas e Polícia Nacional e um universo de desmobilizados que estarão sujeitos a um programa especial de reinserção social.